



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 076

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 30 DE JUNHO DE 2008

ANO XXXIII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Fernandes Litro - Luiz Malucelli - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Enio Verri - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 076

70ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva..... 02

Presenças..... 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios..... 03

Indicações 05

Memorandos 05

Questão de Ordem 05

Requerimentos 05

Projetos de Lei 06

Grande Expediente:

Dep. Valdir Rossoni 06

Horário das Lideranças:

Liderança do PTB/PR

Dep. Jocelito Canto 09

Liderança do Partido Democratas

Dep. Plauto Miró..... 10

Liderança do PSB/PRB/PV

Dep. Rosane Ferreira 11

Liderança do PT

Dep. Tadeu Veneri 13

Liderança do PMDB

Dep. Cleiton Kielse..... 15

Liderança da Oposição

Dep. Elio Rusch 17

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 19

Discussão/Votação

1ª Discussão (Votação em)..... 20

3ª Discussão 20

1ª Discussão 20

Requerimentos 24

Encerramento da Sessão 24

Publicações:

Comissão Executiva

Atos..... 24

Atas de Comissões

Educação, Cultura, Esportes,

Ciência e Tecnologia..... 26

DIÁRIO Nº 076

70ª SESSÃO ORDINÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 70ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

30 DE JUNHO DE 2008

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Carlos Simões, secretariado pelo Sr. Deputado Alexandre Curi e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Beti Pavin, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Edson Strapasson, Elio Rusch, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Malucelli, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Péricles de Mello, Plauto Miró, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (27).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Cida Borghetti, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Caíto Quintana, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Elton Welter, Enio Verri, Fábio Camargo, Geraldo Cartário, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Marcelo

Rangel, Nereu Moura, Ney Leprevost, Pedro Ivo, Reni Pereira e Ribas Carli Filho (25).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Dr. Batista (01).

Em licença o Sr. Deputado Nelson Justus (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Carlos Simões)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob o nº 333/08, do Sr. Orlando Pessuti, Vice-Governador do Estado, comunicando sua impossibilidade de assumir o cargo e funções de Governador do Estado no período entre 26 a 30 junho de 2008. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CEE/CC 1186/08 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Luiz Eduardo Cheida que pede esclarecimentos sobre o Serviço de Tanatopraxia no Estado do Paraná. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 1417/08-OPD/GP do Sr. Nestor Baptista, Presidente do Tribunal de Contas do Estado, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Jocelito Canto que pede esclarecimentos sobre gastos do Governo em publicidade na Rádio Antena Sul, no município de Castro. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 1389/08-OPD/GP do Sr. Nestor Baptista, Presidente do Tribunal de Contas do Estado, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Plauto Miró que pede esclarecimentos sobre aposentadorias de servidores da Polícia Civil do Estado do Paraná. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 430/08-GP do Sr. José Vidal Coelho, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, encaminhando anteprojeto de lei que propõe a transformação

de 217 (duzentos e dezessete) cargos vagos do quadro de servidores efetivos do Poder Judiciário, vinculados à Secretaria do Tribunal de Justiça, em 84 (oitenta e quatro) cargos efetivos, na forma do Anexo I. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 426/08-GP do Sr. José Vidal Coelho, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, encaminhando anteprojeto de lei que trata de revogação do artigo 149 da Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná). **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 236/08/Agência Governo do Senhor Luis Henrique Borgo, Gerente Geral da Agência Governo da Caixa Econômica Federal, comunicando liberação de recursos do Orçamento Geral da União para o estado do Paraná, referente às parcelas dos Contratos de Repasse nº 0224.993-34 e 0224.994-48. **Ao conhecimento da Casa.**

OFÍCIO Nº 441/08-GP

Curitiba, 27/06/08.

Senhor Presidente:

Encaminho a V. Exa., para apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que trata da criação de 12 (doze) cargos de provimento em Comissão, simbologia 3-C, de assessor de Juiz de Direito que compõe as Turmas Recursais do Sistema dos Juizados Especiais, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, alterando o Anexo II da Lei nº 14807, de 20/07/05.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio, em anexo, a documentação pertinente à matéria relacionada ao disposto nos artigos 16, 17 e 22 da referida Lei Complementar nº 101/00.

Neste ensejo, consigno a V. Exa. minhas expressões de consideração e apreço.

(a) JOSÉ WANDERLEI RESENDE

Presidente em exercício

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Ficam criados 12 (doze) cargos de assessor de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 3-C, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que passam a integrar o Anexo II da Lei nº 14807, de 20/07/05, que por sua vez constitui a tabela 2 do Anexo III da Lei nº 11719, de 12/05/97.

Art. 2º Os cargos criados na forma do artigo 1º são privativos de bacharéis em Direito e destinam-se ao assessoramento dos Juízes de Direito que compõem as Turmas Recursais do Sistema dos Juizados Especiais.

Art. 3º O provimento em comissão, dos cargos criados por esta lei, dar-se-á por nomeação do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, mediante proposta do respectivo magistrado, observando-se critérios de necessidade e competência profissional, cumprindo o disposto na Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 07, de 18/10/05.

Art. 4º O preenchimento dos cargos fica condicionado ao cumprimento das disposições e dos limites constantes da Lei Complementar nº 101, de 04/05/00.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotação orçamentária do Poder Judiciário.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA:

O presente anteprojeto de lei tem por objetivo criar 12 (doze) cargos de assessor de Juiz de Direito de provimento em comissão, simbologia 3-C, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, passando a integrar o Anexo II da Lei Estadual nº 14807, de 20/07/05.

A proposta de criação de 12 cargos em comissão, simbologia 3-C, tem por finalidade o assessoramento dos Srs. Juízes de Direito que integram as Turmas Recursais do Sistema dos Juizados Especiais, previstas no artigo 56, inciso I e no artigo 60 da Lei nº 14277/03.

Pelo Boletim Mensal de Movimentação Forense, em 31/12/07 encontravam-se em andamento, no 1º grau de jurisdição do Sistema dos Juizados Especiais, cerca de 345.800 (trezentos e quarenta e cinco mil e oitocentos) processos, abrangendo os foros cível e criminal.

Nos termos dos parágrafos 2º e 3º do referido artigo 60, compete à Turma Recursal processar e julgar os recursos interpostos contra decisões dos Juizados Especiais, bem como processar e julgar os mandados de segurança e os *habeas corpus* impetrados contra atos dos Juízes de Direito dos Juizados Especiais.

Justifica-se, portanto, a presente proposição, tendo em conta a necessidade de atender prontamente ao crescente aumento de volume dos processos no âmbito da Turma Recursal dos Juizados Especiais e de promover, em consequência, a plena prestação jurisdicional.

O impacto econômico-financeiro da presente proposta, considerando-se os 12 (doze) cargos em comissão, totalizará um acréscimo anual no montante da despesa bruta de pessoal, de R\$ 246.720,00 (duzentos e quarenta e seis mil, setecentos e vinte reais) para 2008, e igual importância, em valor atual, para os exercícios de 2009 e 2010.

O mencionado acréscimo de custo anual não comprometerá o limite de gastos com Pessoal e Encargos Sociais do Poder Judiciário, de acordo com o que preceitua a Lei Complementar nº 101, de 04/05/00, tendo em conta que, pelo Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Justiça, o total da despesa com pessoal, em 2007, situou-se em 3,72% da Receita Corrente Líquida, portanto abaixo do limite prudencial de 5,70% estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

O acréscimo anual de despesa, no valor de R\$ 246.720,00, correrá à conta da dotação própria do Tribunal de Justiça 3.1.90.11.06 Vencimentos e Vantagens Fixas dos cargos em Comissão sem vínculo.

Envio, em anexo a Declaração do Ordenador da Despesa de que o aumento do dispêndio tem adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário, para 2008, e compatibilidade com o Plano Plurianual-PPA 2008 - 2011.

Registre-se, por fim, que em Sessão do egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, realizada em 27/06/08, foi aprovado o presente anteprojeto de lei.

DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que as despesas decorrentes do anteprojeto de lei, em anexo, que propõe a criação de 12 cargos de provimento em comissão, simbologia 3-C, de assessor de Juiz de Direito da Turma Recursal do Sistema dos Juizados Especiais, no Quadro de Pessoal do Poder Judiciário vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça, apresentam adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário, para o exercício de 2008, aprovado pela Lei Estadual nº 15750, de 27/12/07, e compatibilidade com o Plano Plurianual - PPA 2008 - 2011, aprovado pela Lei Estadual nº 15757, de 27/12/07.

Curitiba, em 27/06/08.

(a) JOSÉ WANDERLEI RESENDE
Presidente em exercício.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ									
Planilha de Custo									
Custo de Pessoal - Cargo de Assessor de Juiz de Direito - Simbologia 3C para Turma Recursal do Juizado Especial									
Cargo	Nível	Qtde	Vencimento Cargo	Representação	TIDE	Encargos	Despesa Mensal	1/3 Férias + 13º Salário	Custo Anual
Assessor de Juiz de Direito	3C	1	176,57	103,77	176,57	1.085,47	1.542,38	514,13	20.559,97
Curitiba, em 25/06/08									
									Despesa Anual
Impacto Econômico-Financeiro							12 cargos x 20.559,97 = R\$		246.719,58

Indicações

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Vimos através do presente, na qualidade de Líder do PSDB, indicar o Deputado Estadual Valdir Rossoni como membro da Comissão Especial encarregada da questão referente a escolha do novo Conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná.

Sendo o que se apresentava para o momento, finalizamos com votos de estima e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 30/06/08.

(a) ADEMAR TRAIANO

Líder do PSDB

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Na condição de Líder dos Democratas indico meu nome para composição da comissão especial de que trata o artigo 3º do Ato 675 da Comissão Executiva desta Casa.

Sala das Sessões, em 30/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

Líder dos Democratas

Memorando

MEMORANDO

Solicito aos Srs. Líderes do PMDB, PSDB, PT, Democratas, PP, PDT, Bloco PSB/PRB/PV, Bloco PTB/PR e Bloco PPS/PMN indicarem membro partidário, para a constituição da Comissão Especial das Divisas Municipais do Estado do Paraná.

PMDB
 PSDB..... Valdir Rossoni
 PT.....
 Democratas Plauto Miró
 PP (*)
 PDT (*)
 Bloco PSB/PRB/PV.....(*)
 Bloco PTB/PR (*)
 Bloco PPS/PMN (*)
 (*) sorteio para a escolha do último membro

Sala das Sessões, em 30/06/08.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

Questão de Ordem

QUESTÃO DE ORDEM

Encaminha Questão de Ordem à Presidência do Poder Legislativo.

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve com fundamento no artigo 104 do Regimento Interno desta Casa e em face dos termos do Comunicado Oficial da Presidência,

baixado no dia 25 último, juntamente com o Ato da Comissão Executiva 675, relativos ao processo de inscrição de candidatos à vaga de Conselheiro do egrégio Tribunal de Contas, vem suscitar a presente Questão de Ordem para efeito de ver declarada a nulidade do referido Comunicado Oficial, haja vista que dele não constam os requisitos mínimos necessários para que cumpra os fins para os quais foi expedido. Não consta no referido comunicado o local e os horários em que poderão ser formalizadas as inscrições dos candidatos. Tampouco estão relacionadas às condições de admissibilidade que deverão os mesmos preencher para efeito de verificação da viabilidade das respectivas candidaturas. Não há também informações quanto a oitiva dos candidatos pela comissão especial que deverá aferir o implemento das condições necessárias ao preenchimento do cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas.

Sala das Sessões, em 30.06.08.

(a) VALDIR ROSSONI

Apoiamento:

Plauto Miró e Elio Rusch.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1735

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações a Escola Municipal Prefeito Aleixo Grebos, a todos os funcionários e alunos pelo excelente rendimento escolar apresentado (anos iniciais) por esse estabelecimento, conforme dados divulgados pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, o que contribui na cultura em seu sentido maior e na formação de um cidadão completo e capaz.

Requer ainda, envio de cópia à Diretora da Escola Municipal Prefeito Aleixo Grebos, Sra. Cleuza Maria de Andrade Lima.

Sala das Sessões, em 30/06/08.

(a) ROSANE FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 1732

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, informações da ParanaPrevidência, por meio de seu Presidente, em relação às dívidas que o estado do Paraná tem com a referida instituição.

Tais informações se fazem necessárias em razão das denúncias feitas pelo ex-Diretor da ParanaPrevidência, veiculadas fortemente pela imprensa, de que haveriam inúmeras irregularidades na referida instituição, tais como: dívidas do estado para com a ParanaPrevidência oriundas da falta de repasse de recursos, irregularidades nas aplicações dos recursos da instituição, etc. Portanto, considerando a credibilidade da ParanaPrevidência, que, segundo o Secretário de Previdência Social do Ministério da Previdência, atribui ao Paraná o *status* de exemplo de

sistema previdenciário no país, de máxima importância seria a aprovação deste requerimento, culminando no envio das seguintes informações a esta Casa Legislativa:

1) Qual a natureza e o valor real da dívida do estado do Paraná com a ParanaPrevidência?

2) De que forma e quando o estado do Paraná pretende quitar suas dívidas à ParanaPrevidência?

3) Desde quando o estado do Paraná não cumpre o repasse de recursos devidos à ParanaPrevidência, nos termos dos artigos 28 a 30, da Lei Estadual 12398/98, considerando a modelagem financeira do Fundo de Previdência da Contribuição Necessária (Notas Técnicas Atuariais), e a Contribuição Financiada (método de amortização)?

4) Qual o atual valor do patrimônio geral da ParanaPrevidência?

5) Qual o atual valor, o valor em espécie, disponível (em caixa ou em aplicações)?

6) Como e onde foram aplicados os recursos da ParanaPrevidência nos anos de 2006, 2007 e 2008?

7) Desde quando a ParanaPrevidência investe em bancos privados?

8) Quem decide como, quando e onde investir os recursos da ParanaPrevidência?

9) O ex-Presidente José Maria Correia afirmou em entrevista que o dinheiro que não entrou na previdência bancou o reajuste salarial. Qual a explicação?

10) Qual a importância mensal de recursos oriundos do estado para com a ParanaPrevidência referente tanto à contribuição dos funcionários quanto à parcela patronal?

11) Quais são as alíquotas de contribuição dos participantes e do estado do Paraná que estão sendo praticadas na ParanaPrevidência?

12) Está sendo respeitada a Constituição Federal no que diz respeito às contribuições?

13) A ParanaPrevidência tem condições financeiras e estruturais de cumprir com o pagamento das aposentadorias e pensões sem a adimplência do aporte financeiro do estado do Paraná?

Na certeza da importância das informações solicitadas, clamamos pelo imediato e pleno apoio dos nobres Pares na aprovação deste requerimento.

Sala das Sessões, em 30/06/08.

(a) ELIO RUSCH

Apoio:

Douglas Fabrício, Luiz Malucelli, Ribas Carli Filho, Antonio Belinati, Rosane Ferreira, Pastor Edson Praczyk, Plauto Miró e Marcelo Rangel.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 289/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

O Deputado Carlos Simões, no uso de suas atribuições regimentais submete à apreciação da Comissão de Justiça e Redação, o seguinte:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Congregação Espiritual Paz e Amor da Mãezinha Laura Antonia, com sede provisória na Rua Estela Lesniowski, nº 131, no Bairro Fazenda Velha, no município de Araucária, estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30/06/08.

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

A Congregação Espiritual Paz e Amor da Mãezinha Laura Antonia, com sede e foro no município de Araucária é uma entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente registrada, está em pleno funcionamento desde 30/01/03.

A Congregação além de efetuar estudos de todas as manifestações espíritas e suas aplicações dentro da ciência, religião e filosofia, irá proporcionar a assistência social aos que necessitam, bem como todo o amparo médico, dentário, alimentar, vestuário, cultural, moradia e jurídico, gratuitamente.

Pela documentação acostada, verificamos sua utilidade pública, para cuja declaração solicitamos o apoio dos nobres Pares.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Simões)

Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente.

Grande Expediente:

Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Deputado Valdir Rossoni, por 15 minutos.

Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada.

Eu, quase que nocauteado por uma forte gripe, não consigo fazer o pronunciamento que gostaria de fazer. Até desavisado, liguei agora para o Presidente Nelson Justus, para ver se ele presidiria a Sessão, porque não concordamos com o edital de comunicado oficial da Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Paraná, que de acordo com o Ato da Comissão Executiva está aberto o prazo de cinco dias a partir da data de 26 de junho do corrente ano, para a inscrição do preenchimento do cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas, conforme disposto no artigo 6º do título do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sr. Presidente, estamos entrando com um recurso junto à Mesa, para que o Presidente da Casa torne nulo esse edital:

(Lê):

“Requer a declaração de nulidade do ato convocatório para escolha de Conselheiro do Tribunal de Contas, porque fere nitidamente os princípios da finalidade e

publicidade. Por estes princípios, o objetivo principal de um edital como este é aumentar o rol de interessados no preenchimento do cargo. E o ato publicado não contempla este objetivo, pois não apresenta os requisitos mínimos de um edital de convocação.

Entre outros defeitos, não constam na publicação: local da inscrição; requisitos mínimos exigidos para os candidatos se habilitarem à vaga; procedimento de escolha (existência de sabatina); documentos necessários.

Além disso, a publicação na imprensa deu-se no mesmo dia em que se considera a inscrição, ferindo o próprio prazo mínimo de cinco dias do edital.”

Vou citar aqui alguns requisitos que fazem falta e poderiam completar a lisura do processo.

Primeiro: o local da inscrição. Alguém poderia responder: “Na Assembléia.” Mas, aonde? Na 1ª Secretaria, na 2ª Secretaria, na Tesouraria, na Presidência? Não se sabe.

Segundo: quais os requisitos mínimos exigidos para que os candidatos se habilitem a vaga? O que eu quero dizer com isso? Todos os paranaenses podem se inscrever para esse pleito? Existe algum requisito mínimo para que esse cidadão deva preencher para se inscrever? Tem que ter curso superior, não deve ter curso superior?

Sr. Presidente Deputado Carlos Simões, V. Exa. está com uma responsabilidade muito grande neste momento. Como será o procedimento da escolha do candidato? Porque sabemos, será através de sabatina? Aonde será feito? Gostaríamos de saber também. Quais os documentos necessários para que a pessoa possa se inscrever?

Deixo clara a nossa posição, Sr. Presidente. V. Exa., por um acaso, está exercendo neste momento, estamos entrando com recurso à Mesa, faremos isso por escrito, esperamos uma resposta da Mesa e depois de ter uma resposta da Mesa, que tenho certeza absoluta que o Deputado Nelson Justus, ou o Presidente em exercício, saberá tomar as medidas necessárias para a lisura do processo. Tenho certeza absoluta de que este edital, este comunicado oficial será tornado nulo, vão constar no novo edital os requisitos mínimos, determinar o local de inscrição.

Vamos imaginar, um cidadão de Marechal Cândido Rondon deseja se inscrever para esta vaga do Tribunal de Contas. Aonde ele vai se dirigir? Quais os documentos que ele tem que ter? É isto o que estamos pedindo ao Presidente. Consideramos que este edital, pela pressa - e a pressa é inimiga da perfeição - está incompleto. É necessário que o Presidente Nelson Justus torne nulo este edital, abra um novo edital, para que dê oportunidade a todos os paranaenses que vão receber este comunicado, que tenha os requisitos mínimos para que ele possa se dirigir, em que local, para fazer sua inscrição para o Tribunal de Contas.

Não quero nem entrar na questão do mérito, mas esta é a primeira medida que a Oposição está tomando para a lisura do processo. É claro que temos uma posição muito bem clara e definida e não podemos, aqui, fazer

comentários sobre os possíveis candidatos. Se formos pelas notícias de jornais, sabemos que um dos possíveis candidatos é o Secretário da Educação, Maurício Requião, e que nós, outro dia até, numa entrevista, falei ao repórter que me entrevistava que eu esperava que alguém iluminasse a mente do Governador para que ele não deixasse isso acontecer. Mas, não quero ainda aprofundar nosso comentário, sobre quem são as pessoas, porque ainda tenho a esperança de que o irmão do Governador não será inscrito, para que este processo seja legítimo, transparente e também não seja viciado.

Ora, temos um artigo da Lei Orgânica do Tribunal de Contas, onde impossibilita, praticamente, a nomeação de um parente de 1º e 2º grau, consanguíneo, colateral, afim, não há como. Temos um caso e vamos ter que tomar esta medida, agora, porque não há mais como esperar o que estávamos esperando: o Tribunal de Contas tomar uma atitude. O Conselheiro Artagão Mattos Leão não poderia estar julgando determinadas contas de municípios. É claro, na Lei Orgânica do Tribunal de Contas, fui autor - nós, os Deputados de Oposição - fomos autores de uma emenda que deixou clara esta situação. Não há como, aonde um parente de 1º ou 2º grau obtiver mais de 1% dos votos, julgar as contas.

Estamos fazendo o levantamento. Nos próximos dias traremos a conhecimento desta Casa, temos mais de uma dezena de municípios que já foram analisadas as contas, já foram julgadas as contas, com a participação do Conselheiro Artagão Mattos Leão, e ele está impedido legalmente de julgar. O que vai acontecer com estas contas? Vai se tornar nulo o julgamento. O que vai acontecer? Por uma eventualidade, ainda espero que isto não aconteça, imagine o irmão do Governador inscrito para Conselheiro do Tribunal de Contas. Vamos aqui imaginar que ele é aprovado. O que o Conselheiro, irmão do Governador, fará no Tribunal de Contas? Qual é o município que o Governador Requião não fez 1% dos votos? Em todos, porque ele é um homem que tem um “caminhão” de votos. Então, ele não poderá julgar as contas de nenhum município e as contas das Secretarias é óbvio que ele não poderá julgar também, porque são as contas do seu próprio Governo. Imaginem o Secretário Maurício Requião julgando as contas da Secretaria da Educação. Vocês acham isso possível?

Não é possível, não é legal, não é moral e não é ético! Não podemos deixar isso acontecer! E, principalmente, faço um apelo aqui ao Presidente Nelson Justus e gostaria que isso fosse transmitido a ele. Todos sabemos que estamos em processo eleitoral e estamos no período mais turbulento da política, porque quando estamos perto das eleições a turbulência não é tão grande quanto agora, porque agora é o momento de composições e isso é muito conturbado, e prova disso é esta Casa completamente vazia, porque, legitimamente - não estou criticando os Parlamentares - os Parlamentares têm que estar nas suas bases, porque o mundo político está fervendo. Agora, queremos que isso aconteça neste período? O que isso

tem que não pode ser feito lá no mês de agosto? Com tranquilidade, com transparência, com debate e com o tempo necessário para sabatinar as pessoas que se inscreverão!

Sr. Presidente, Deputado Traiano, imaginem V. Exas., porque pelo edital que está aqui, se pegarmos agora e formularmos um requerimento de inscrição e formos lá na Boca Maldita, lá na rua XV, lá onde tomamos café todo domingo pela manhã, vamos lá e para todas as pessoas que encontrarmos, dissermos para elas o seguinte: escuta, você quer ganhar R\$ 20 mil por mês? Você quer ser Conselheiro do Tribunal de Contas? Assine aqui. Trago aqui 1.500 pessoas e inscrevo-as para serem candidatas para Conselheiro do Tribunal de Contas.

Então, o edital, o comunicado oficial da abertura da vaga do Tribunal de Contas não pode ser dessa maneira! Desculpem-me os assessores do Presidente Nelson Justus, mas induziram o nosso Presidente a um erro gravíssimo. Estou entrando com um recurso, e coisa que o Deputado Nelson Justus sempre teve foi o bom senso. Espero que esse apelo que estamos fazendo, que ele torne nulo esse edital e abra um novo edital. Senão, amanhã cedo estarei na rua mais movimentada de Curitiba, vou abrir lá uma faixa e vou dizer: quem quer se inscrever para Conselheiro do Tribunal de Contas? Porque aqui não tem local, não tem requisitos mínimos, não há nada que estabeleça uma norma para que a pessoa seja um Ministro de assuntos importantes deste estado, um Magistrado, uma pessoa que vai julgar os problemas do Paraná, as contas públicas do estado do Paraná. Não estou falando contra a pessoa, mas estou começando aqui uma luta.

Nós, Deputado Elio Rusch, estamos começando aqui uma luta, mas uma luta clara, transparente, séria e correta. Não queremos entrar nesse campo, porque senão... não quero que isso seja levado como tom de ameaça, mas como direito legítimo nosso. Se não tivermos um novo edital de abertura dessa vaga, colocando os requisitos mínimos, vamos ter que ir em uma rua movimentada, porque não tem nenhum paranaense, o paranaense que está me ouvindo agora, você que está em casa, você não gostaria de ser Conselheiro do Tribunal de Contas? Ganhar 20 mil por mês, com assessores? Hoje, dizem que há alguns lugares na política que são importantes. Primeiro dizem que é o Senado da República, só melhor do que o Senado é o céu. E considero que o 3º melhor lugar para um ser humano é o Tribunal de Contas. Agora, estamos abrindo aqui uma vaga do Tribunal de Contas e não sabemos qual é o requisito para que esse cidadão possa se inscrever. O cidadão que está sentado agora na sua casa, vendo a TV SINAL, ele pode dizer: "Mas que barbaridade". Não é. É um erro muito grave que está sendo cometido. Acho que a pressa é inimiga da perfeição.

Eu não sabia que o Deputado Nelson Justus está afastado da presidência. Mas Presidente Carlos Simões, V. Exa. que preside neste momento a Sessão, eu queria que V. Exa. levasse em mãos esse requerimento, e ao receber o nosso recurso, V. Exa. encaminhasse diretamente ao

Presidente Nelson Justus, não é nem um recurso, é um apelo. Me parece que o Deputado Nelson Justus, ao ouvir a minha justificativa, ele vai entender, vai tornar nulo esse edital e vamos entrar pelo menos no primeiro ato, que é o comunicado oficial, o edital que torna pública a abertura das inscrições. No primeiro ato dessa questão nós vamos nos entender, daí para frente vamos ver o que vai acontecer. Mas não vamos aceitar, de forma nenhuma, este edital vago, ou estaremos amanhã na rua mais movimentada de Curitiba abrindo inscrição para Conselheiro do Tribunal de Contas.

Não quero expor esta Casa, mas tenho que alertar, estamos incorrendo num erro gravíssimo, e nós Parlamentares apelamos ao Deputado Nelson Justus, nosso Presidente que goza do nosso apoio e do nosso respeito, votamos nele para ser o nosso Magistrado, votaremos nele se quiser continuar sendo o nosso Magistrado, mas seria uma atitude de demonstração de grandeza desta Casa anularmos esse edital e publicarmos um novo edital bem estudado, com todos os requisitos, aonde será a inscrição, e aí começaremos a trabalhar para buscar, no seio da sociedade, uma pessoa altamente qualificada para exercer esse cargo. O objetivo nosso é esse. Eu não estarei inscrito nessa lista, Sr. Presidente, estou isento, não quero pleitear esse cargo. Agradeço a V. Exa.

Esse é o comunicado e o recurso que faço ao Presidente Nelson Justus.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Simões)

Para que a população do Paraná fique devidamente esclarecida, peço ao 1º Secretário o artigo 77 da Constituição do Estado. Ela elenca os requisitos para o preenchimento da vaga do Tribunal de Contas do Paraná.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

V. Exa. já está respondendo a minha questão de ordem?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Simões)

Não. Apenas esclarecendo à população que assiste a TV SINAL para os requisitos dados pela lei maior do Paraná para que a pessoa do estado se qualifique, se habilite para concorrer à vaga do Tribunal de Contas na inscrição aqui na Assembléia, sobre o Ato da Comissão Executiva nº 675/08, apenas um esclarecimento.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Jocelito Canto)

Sr. Presidente, de acordo com a Constituição do Estado do Paraná, passo a relatar o artigo 77.

(Lê artigo 77 da Constituição do Estado do Paraná).

O SR. PRESIDENTE (Carlos Simões)

Solicito ao 1º Secretário que proceda a leitura do ofício do Presidente do Tribunal de Contas enviado a esta Casa.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Jocelito Canto**)

(Procede a leitura do ofício do Presidente do Tribunal de Contas Nestor Baptista).

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Gostaria de pedir ao Deputado Jocelito Canto, que repetisse a data do ofício encaminhado pelo Presidente Nestor Batista ao Presidente Nelson Justus?

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Jocelito Canto**)

O ofício é datado de 24 de junho de 2008, recebido pela Assembléia Legislativa, lido no expediente concedido em 25 de junho de 2008 e protocolado sob nº 5750 em 26 de junho de 2008.

O SR. PRESIDENTE (**Carlos Simões**)

Recebendo a sua manifestação, sou interino neste momento, encaminharemos à Comissão Executiva para que sejam tomadas as devidas providências.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, sua atitude foi louvável em pedir ao 1º Secretário para que fizesse a leitura da parte da Constituição que esclarecia.

Gostaria que V. Exa., numa atitude como a anterior, fosse lido nosso recurso.

O SR. PRESIDENTE (**Carlos Simões**)

Perfeitamente.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Jocelito Canto**)

(**Lê pedido de questão de ordem**).

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Quando o Deputado Jocelito Canto fazia a leitura do ofício, enviado pelo Tribunal de Contas à Assembléia Legislativa, comunicando a vacância do cargo de Conselheiro, ele deu de um protocolo do dia 26. Gostaria que fosse lido novamente. O que diz aquela correspondência que o Deputado Jocelito leu do dia 26? No final?

O SR. PRESIDENTE (**Carlos Simões**)

O Protocolo nº 5750 de 26 de junho de 2008.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Quer dizer que o protocolo da entrada do pedido...

O SR. PRESIDENTE (**Carlos Simões**)

Mas foi lido dia 25 de junho de 2008.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Foi lido dia 25?

O SR. PRESIDENTE (**Carlos Simões**)

Isso. Providencio uma cópia e mando para o senhor.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Por gentileza. Dia 26 o protocolo. Não sei como foi lido dia 25 e foi protocolado dia 26.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Carlos Simões**)

Horário das Lideranças. Bloco PPS/PMN.

(**Declina**).

Bloco PTB/PR. Com a palavra o Sr. Jocelito Canto.

Liderança do Bloco PTB/PR: Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente eminente Deputado Carlos Simões, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhoras e senhores que nos assistem pela televisão.

Quero usar o horário do nosso bloco para falar de um tema que está mexendo com este país e que, ontem, foi motivo até de uma confusão lá na cidade de Foz do Iguaçu, naquela partida entre Operário de Ponta Grossa e o Foz do Iguaçu. Jogo difícil. O Operário precisava empatar e o Foz precisava vencer para subir para 1ª divisão. Imagina os senhores, 10 mil torcedores no estádio do ABC, perto de 100 torcedores do Operário, inclusive eu estava presente lá, e tivemos assim muitas confusões mesmo.

A questão que mais nos preocupou foi o que está em debate, hoje, no país, que é a Lei Tolerância Zero no que se refere a bebidas. Vimos nessa semana muitas notícias da morte de pessoas, mesmo com a lei em vigor, que determina que ninguém pode beber e dirigir em seguida. Muitas pessoas estão criticando essa lei, que no meu ponto de vista é uma das mais importantes nesse país, colocadas nos últimos tempos.

Quero cumprimentar o Governo que é o autor da lei. Duvido que algum Parlamentar, aqui, a não ser aqueles que não bebem nada, mas aqueles como eu que sempre bebem um pouquinho, não dirijam. É a cultura deste país beber uma cerveja, duas e sair guiando o seu carro. Não adianta dizer que é mentira, porque é verdade. Todo mundo toma uma, duas, três latinhas de cerveja e sai guiando o seu carro. Eu já fiz e muitas pessoas fizeram isso. É uma cultura que o país tinha e que acabou, é por isso que a lei é boa. Por que a partir de agora vai se multar na marra uma cultura errada neste país. Essa lei editada pelo Governo é maravilhosa. Primeiro, quem quiser beber que continue a beber - ninguém está impedido de beber - mas em casa, no bar, no boteco. O que a pessoa não pode fazer, Deputado Malucelli, é guiar o carro depois. Está provado que o cidadão que ingeriu uma latinha de cerveja já está mais alegre, fora de si. Dependendo a condição de cada um, às vezes a pessoa é mais fraca. Tem gente que toma meia latinha de cerveja e já está ruim, perde a noção, fica mais alegre, mais fácil.

Destacar a importância dessa lei que o Governo Federal está fazendo. Temos que incentivar o cumprimento dela. Acho que ela vai funcionar, primeiro, porque existe a idéia de que vai mexer no bolso do camarada, qual R\$ 1 mil de multa pagos na hora, perdendo a carteira por um ano. Diria que esta lei é uma das melhores e maiores leis feitas neste país, para acabar com a bebedeira, com o motorista que guia embriagado. Precisamos mudar a cultura do pensamento, principalmente, dos jovens, que bebem e querem mudar o seu carro. O Governo e os meios de comunicação devem fazer isso. Sugiro que a TV Assembléia faça isso também durante a sua programação.

Precisamos fazer campanhas para que se mude a cultura. Não é proibido beber. O proibido é dirigir depois da bebida. Quero aplaudir essa lei que vai policiar todos nós e vai mudar a cultura de que dá para beber e dirigir. Tenho certeza que ao longo dos próximos meses, essa lei vai começar a conscientizar. Chega dessa cultura atrapalhada e errada desta país e de todos nós, de que podemos tomar uma latinha de cerveja, tomar uma dose de uísque, tomar um pouquinho de cachaça e sair guiando um automóvel. Isso não pode acontecer.

Voltando ao jogo em Foz do Iguaçu ontem. Durante um tumulto, uma confusão, uma briga entre Operário e Foz do Iguaçu, teve um episódio lamentável que a TV mostrou. Um campo de futebol com 10 mil pessoas, sendo vendidas cervejas em latas. E durante o tumulto, a torcida do Foz começou a jogar latas cheias nos jogadores do Operário. Como é que se permite dentro dos estádios uma arma como essa. Lá em Foz do Iguaçu, domingo a TV Educativa mostrou o jogo e até quero agradecer, era uma chuva de latas. Vi um policial militar levar uma latada na cabeça. Os jogadores levaram latas cheias que a torcida começou a arremessar.

E o que tem que fazer? Dentro de estádio de futebol não se pode vender cerveja em lata. A lei nacional já proíbe. Jogos nacionais já proíbem. Mas aqui no Paraná, ainda está se vendendo em função de que a lei está sendo interpretada que só vale nos jogos nacionais. E aí vemos aquele absurdo. Lá em Ponta Grossa também se vende cerveja em lata, mas não se dá a lata para o torcedor. Pega a lata e joga num copinho descartável. Isso acontece lá em Ponta Grossa. Agora, o que se viu em Foz do Iguaçu é de uma irresponsabilidade tão grande, milhares de latas sendo jogadas dentro do campo e acabou com o jogo que vai terminar sendo resolvido no tapetão porque o time teve que sair de campo, devido a todas as confusões.

Então, essa lei é muito boa, mas precisa ir para os estádios também. Vou propor uma lei, vamos ver se constitucionalmente posso, que proíba a venda de bebidas nos estádios. Porque não é admissível. Uma lata de cerveja na cabeça, mata a pessoa. É a mínima estrutura que não está se cumprindo, aquela determinação da lei do torcedor que acaba criando problemas.

É isso, Sr. Presidente, queria cumprimentar a lei nacional e vou propor a lei que se proíba a venda de bebidas nos estádios porque senão daqui a pouco vai morrer alguém.

É isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

O SR. PRESIDENTE (**Carlos Simões**)

Ainda no Horário das Lideranças: Democratas, com Deputado Plauto Miró.

Liderança do DEM: Deputado Plauto Miró

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Está aí o processo eleitoral. Vamos, a partir de amanhã, oficialmente ter todos os candidatos a Prefeitos, Vereadores, nos municípios do Brasil. Aqui no estado do Paraná não é diferente. Tivemos na cidade de ponta Grossa, no dia de ontem, a convenção partidária que oficializou a candidatura do Prefeito Pedro Wosgrau à reeleição. E o partido que faz parte, o antigo PFL e novo Democratas, oficializou o Rogério Cerma, um democrata, como candidato a Vice-Prefeito do Pedro Wosgrau.

Tivemos também a convenção do PTB, que tem o Deputado Jocelito Canto candidato a Prefeito no município de Ponta Grossa, com o empresário Daniel Gaidex, que vai concorrer a Vice nessa chapa encabeçada pelo Deputado Jocelito.

Temos também o anúncio que foi feito hoje através dos meios de comunicação da candidatura do Sandro Alex, um radialista, irmão do Deputado Estadual Marcelo Rangel, que vai disputar pelo PPS e até o momento não temos oficialmente o nome de quem vai compor a chapa junto com ele como candidato a Vice-Prefeito.

E pelo Partido dos Trabalhadores até o momento não temos nada de oficial, mas tem no Vereador Jeferson Tramontin Silveira o candidato a Prefeito do Partido dos Trabalhadores.

Isso faz com que o quadro político eleitoral na cidade de Ponta Grossa comece a ficar claro e, naturalmente, começamos a ver oficialmente nomes que vão concorrer à Prefeitura Municipal.

Uma cidade com muitos problemas, que há muito tempo necessita, cada vez mais, de investimentos. Todos aqueles que pela Prefeitura passaram tentaram amenizar os problemas da população. O atual Prefeito, Prefeito Pedro Wosgrau, está fazendo o possível para melhorar a Educação, os problemas crônicos que a Saúde Pública daquele município tem e também outras obras de infraestrutura, como a questão da pavimentação das ruas da cidade de Ponta Grossa, que é um dos grandes problemas que lá existem.

E vou até aqui aproveitar e fazer um comparativo: uma cidade como Londrina, Maringá, Cascavel, têm em torno de 85% das suas ruas urbanas pavimentadas. E o município de Ponta Grossa, uma cidade mais antiga, ela tem em torno de 40% das suas ruas pavimentadas.

Então, vocês vejam que são números que apontam para um dos sérios problemas que existem naquela cidade, em especial por ser Ponta Grossa uma cidade onde, naturalmente, as ruas não pavimentadas acabam, periodicamente, causando sérios problemas a todos os moradores que lá vivem, porque quando uma forte chuva cai, naturalmente as ruas acabam se tornando ruas esburacadas.

Acredito que a pauta da campanha, das propostas dos candidatos que vão disputar as eleições este ano naquele município, vão apontar para que compromissos sejam assumidos, para que ruas passem a receber pavimentação para que possam diminuir esse percentual de ruas não pavimentadas, que tanto preocupa os moradores daquele município.

Eu sempre digo: o dia que chove é o problema do barro; o dia que faz sol é o problema da poeira. E sabemos que a pavimentação, sendo ela asfáltica ou poliédrica, tem um custo elevado. Então, para que possamos chegar ao patamares de uma Londrina, de uma Maringá e Cascavel, os Prefeitos terão que investir muito, muitos recursos em pavimentação naquele município.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Só queria contribuir com V. Exa. nessa questão que envolve a pavimentação. Quando Prefeito, de 1997 a 2000, editamos uma lei, que inclusive é de autoria do Vereador Rogério de Paula Quadros, do PMDB, que nenhum loteamento pode ser feito em Ponta Grossa, a partir daquela lei, nenhum loteamento pode ser feito que não tenha a infra-estrutura necessária, o asfalto, porque o que aconteceu em Ponta Grossa é que no passado se construiu muitos núcleos, se construiu muitos loteamentos novos sem a devida infra-estrutura e depois ficava para a Prefeitura cuidar desses bairros.

Agora, a partir dessa lei, não se pode mais fazer novos loteamentos, a não ser os sociais da Pró-Lar, que foram resguardados os da Pró-Lar, no sentido de que agora só pode fazer com a devida infra-estrutura. Isto vai diminuir esta questão. Já tem loteamentos em Ponta Grossa, como o Giana, por exemplo, que já estão na nova lei e outros loteamentos que estão acontecendo.

Era isto, Deputado Plauto.

O SR. PLAUTO MIRÓ (DEM)

Deputado Jocelito, agradeço o seu aparte e quero aqui dizer da importância dessa lei que a Câmara Municipal de Ponta Grossa aprovou, fazendo com que todos os novos loteamentos tenham que ser aprovados com a infra-estrutura mínima, em especial o pavimento, porque se continuassem aprovando loteamentos sem pavimento não conseguiríamos nunca ver a Prefeitura Municipal fazendo obras de infra-estrutura, asfaltamento, ou pedras poliédricas, para que possa um dia chegar em números suportáveis e que fique de uma forma tal em que a população não seja tão prejudicada como é hoje.

Têm, sim, que os novos candidatos, na minha avaliação, a Prefeito de Ponta Grossa, colocar em pauta a discussão e assumirem compromissos perante a população de que vão investir em pavimentação, para que possamos deixar de ver as reclamações que acontecem naquela cidade, fazendo com que periodicamente reclamem da falta de pavimento. Crianças que têm problemas respiratórios, muitas pessoas que saem de suas residências para trabalhar, muitas vezes arrumadas, de acordo com o que exige o seu trabalho, uma secretária, quando entra num ônibus que circula nas ruas não pavimentadas, acaba tendo problema ali da poeira dentro do ônibus e assim por diante.

Então, vejo, de acordo com o que as pesquisas de opinião pública mostram, que uma das prioridades dos candidatos a Prefeito daquela cidade tem que ser a pavimentação das ruas daquele município. E vejo nas mãos do Pedro Wosgrau, candidato do PSDB se preocupando com ações nessa linha e naturalmente esperamos que todos aqueles que vão disputar as eleições sigam o mesmo compromisso com a cidade e os moradores daquele município.

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Simões)

Ainda no Horário das Lideranças: Bloco PSB/PRB/PV. Com a palavra a Deputada Rosane Ferreira.

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV: Deputada Rosane Ferreira (PV)

A SRA. ROSANE FERREIRA

Sr. Presidente Carlos Simões, 1º Secretário Deputado Jonas Guimarães, 2º Secretário Luiz Malucelli.

O que me trouxe à tribuna é dar continuidade e ratificar o pronunciamento do Deputado Jocelito Canto. Quando o Deputado Jocelito Canto se referiu a essa nova lei que vem coibir que pessoas embriagadas com qualquer teor de álcool dirijam seus carros, e chamou a atenção para a importância, quero ir um pouco mais além: é de suma importância! Se hoje fizéssemos uma ligação para os hospitais que atendem traumas, que atendem acidentes de trânsito, com absoluta certeza nós teríamos, tanto no Hospital Cajuru, como no Evangélico, como no Hospital do Trabalhador, muitos leitos ocupados com pacientes, com usuários com traumas referentes a acidentes de trânsito e até acidentes de trabalho relacionados ao uso do álcool.

O álcool é um problema imenso na sociedade. Há algumas Sessões atrás falamos aqui do uso de drogas, discutimos a questão do crack, mas hoje não dá para negar: a primeira questão, o caminho, a entrada para o mundo da dependência química, começa com a questão do álcool. O álcool tem um problema cultural, um problema histórico. Lá na Bíblia, o primeiro milagre de Jesus Cristo nas Bodas de Caná, transformar água em vinho e daí muitos ritos envolvem o álcool.

Há algum tempo atrás conversava com o Pastor Edson e com a Deputada Luciana Rafagnin e via toda questão de como o álcool está inserido dentro das nossas casas. Nós visitamos muitas residências, das casas humildes às casas mais abastadas, e o álcool sempre tem um lugar de destaque nas salas. Você chega numa casa simples, aquela Sidra que se ganhou lá no Ano Novo está lá na prateleira, como se fosse um vaso, como se fosse um troféu. Nas nossas casas temos lá o barzinho como se fosse um lugar sagrado ali bonito, onde reunimos os vizinhos. Tem toda uma apologia a questão do álcool. Ficamos dizendo para os nossos filhos: não bebam, o álcool faz mal.

Há um outro lado cultural que passa para as nossas crianças e os adolescentes uma outra mensagem. Dizemos uma coisa, na verdade, agimos de uma outra forma. Precisamos rever mesmo os nossos conceitos. A sociedade tem que ver a questão do álcool. Hoje, 13% dos adolescentes têm já algum certo grau de dependência do álcool. Temos hoje festas de 15 anos, a primeira festa de uma menina que deixa de ser criança para se tornar adolescente, para entrar na vida adulta, hoje as festas de 15 anos são regadas a álcool, na nossa sociedade. Muitas vezes, se o álcool não está presente a festa não acontece.

Temos que rever sim, isso. Mas que só estimular que essa lei vingue, porque já existem várias mensagens, mensagens que não damos conta, vi em vários jornais dito: “Determinada pessoa consumiu apenas um bombom com licor e foi pego pelo bafômetro”. Como se isso fosse um caminho para desacreditar a lei. Não dá para beber e dirigir. Não dá. Nós temos problemas sérios de investimentos na Saúde, temos um consumo absurdo de investimentos da Saúde que tem que ir para reparar, para promover, para resgatar a saúde de pessoas, que deliberadamente perderam seu estado de saúde pelo uso do álcool. Temos que rever e, principalmente, com relação à questão com o adolescente.

Deputado Tadeu Veneri com a palavra.

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

Obrigado, Deputada Rosane, apenas gostaria de fazer um comentário a respeito, a senhora falava sobre a lei. Obviamente essa lei vai trazer uma série de debates, discussões, acho que ela é rigorosa sim. Mas ela tem que ser rigorosa, e apesar do rigor da lei vemos abusos acontecerem. Aliás, em outros países há um rigor maior ainda. Porque o carro parece-me que talvez tenha sido o único senão que coloquei nessa lei. Quando a pessoa é pega numa situação de embriaguez o seu carro vai direto para leilão. Pega no bolso de fato, porque me parece que aqueles que têm recursos suficientes para pagar na hora que é feita a multa, ou posteriormente têm condições de pegar aquilo que determina a lei, simplesmente, fazem e continuam bebendo. A partir do momento que tivermos também o carro dessa pessoa, sendo colocado em leilão, certamente, as coisas tomarão outro rumo.

O que me chamou a atenção, Deputada Rosane, é que uma lei como essa, que temos feito debate, parece-me que já deveria também vir acompanhado de algumas medidas básicas, no mínimo teríamos que ter os bafômetros na Polícia Militar. É um absurdo que a Polícia Militar do Estado do Paraná, um estado que tem um Orçamento de R\$ 19 bilhões, tenha 32 aparelhos. Isso é piada! Não é possível que pensamos que é para valer - que o Governo do Estado não tenha condições de investir, que as Prefeituras inclusive não tenham condições de investir, para que tenhamos bafômetros suficientes.

Então, ou a lei é para valer e há bafômetros em número suficiente para que as pessoas possam ter aferida a quantidade de álcool que elas porventura tenham ingerido. Ou, então essa lei vai virar, infelizmente, motivo de piada.

Porque é absurdo que 32 bafômetros, mesmo os Governos, todos os Governos, inclusive, o Governo Federal, sabendo que a lei seria votada, que entraria em vigor, simplesmente agora descubrem que não há bafômetro suficiente. É uma coisa que acho, mostra a desorganização que temos de alguns setores do estado a ponto de termos para o Paraná 32 bafômetros.

É uma piada de mau gosto, mas espero que isso possa ser corrigido e que não tenhamos que ficar lamentando esse tipo de acontecimento.

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV)

Muito obrigada, Deputado Tadeu, junto com a sua fala também acrescentaria, teria que vir com essa questão de reequipar a nossa Polícia Rodoviária, também tínhamos que fazer um grande programa de educação. Perdoem-me os produtores, a indústria da bebida alcoólica, mas tínhamos que já estar colocando nos rótulos das bebidas alcoólicas, o que foi feito com o cigarro, teríamos que estar mostrando o problema, o flagelo que é o alcoolismo para a sociedade. E digo mais: hoje sabemos, o dependente químico, o dependente do álcool é um doente. Ele precisa ser tratado. É outro enfrentamento que tem que se dar. Hoje temos uma dificuldade imensa de fazer desintoxicação com o usuário do álcool, o doente do álcool. Hoje não falamos mais “alcoólatra”. Falamos “alcooolista”, porque o alcoólatra idolatra o álcool, o alcooolista é um doente do álcool e tem que ser visto como tal.

O Sr. Pastor Edson Praczyk (PRB) (Aparte)

Quero parabenizar V. Exa. e tentarei ser breve, dizendo que concordo em gênero, número e grau com a lei, com todas as declarações de V. Exa. e apenas para contribuir, tanto é fato que sou a favor destas medidas mais enérgicas que quando o Deputado Plauto Miró Guimarães fez uma proposição do fechamento dos bares e do comércio de bebidas e houve toda a vinda de representantes do setor, fui questionado por uma jornalista se eu era contra ou a favor. Fui um pouco mais além e disse: que bom seria se a bebida alcoólica fosse extinta da sociedade, da vida, do cotidiano do ser humano. Mas, V. Exa. colocou muito bem o fardo pesado que é para a saúde os

efeitos do alcoolismo. Isto, sem considerar o efeito indireto. São pessoas que acabam em prontos-socorros, porque sofrem acidentes, de queimaduras, brigas em bares, a pessoa acaba agredindo seu semelhante, famílias inteiras que são destruídas - fisicamente falando - em função do maldito alcoolismo.

Muito obrigado.

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV)

Muito obrigada.

Quero também colocar, aproveitando o tempo, que a questão do alcoolismo é a primeira causa de desagregação familiar. É a primeira causa! Em todo o meu tempo de trabalho vi famílias sendo destruídas por problemas de alcoolismo, vejo inclusive a primeira, a segunda geração, as crianças não terem oportunidades maiores para terem um papel dentro da sociedade, muitas vezes vítimas do alcoolismo dos próprios pais. Hoje, o alcoolismo está em toda a sociedade. Há aumento do consumo do álcool entre as mulheres.

Temos que fazer um grande trabalho, aproveitarmos esta questão da lei que está aí, aproveitarmos estes números absurdos que se coloca na imprensa, 63, 70 pessoas sendo autuadas e presas nos finais de semana, por blitz que se faz. Está todo mundo bebendo muito!

Tivemos um acidente este final de semana, onde o motorista embriagado perdeu a direção, entrou num posto de gasolina, atropelou três pessoas, inclusive umas das vítimas foi a óbito. E este motorista pagou fiança e saiu. Visivelmente embriagado. Quer dizer, precisamos realmente do rigor da lei.

Era isto. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Simões)

No horário destinado à Liderança do PT, com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

Liderança do PT: Deputado Tadeu Veneri

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Gostaria de comentar um pouco a respeito do Plano Safra, que o Presidente Lula fará o lançamento aqui, na quarta-feira, o Plano Safra Empresarial. Portanto, vamos fazer isso no dia de amanhã, fazendo um comparativo com o que está acontecendo no Brasil, hoje. O Brasil, em que pese termos avançado em alguns pontos nas questões de reforma agrária, no financiamento, ainda temos neste Governo, infelizmente, mais perdido propriedades rurais do que efetivamente feito um aumento no número de propriedades rurais, que são objeto da reforma agrária. Aliás, é bom que se diga que o Brasil está vivendo novamente um processo de concentração de terras e não de distribuição de terras, como era um dos objetivos que tínhamos há seis anos, quando tivemos a eleição do Presidente Lula.

Entretanto, ainda assim, mesmo com essa contradição, é preciso que se reconheça que o Plano Safra, que será lançado aqui em Curitiba em uma referência ao Ministro paranaense Reinhold Stephanes, em que pese todas as críticas feitas ao Governo Lula pelo nosso Deputado Stephanes Júnior, o seu pai, como Ministro, tem feito um trabalho que junto com o Governo Lula, mostra que é possível desenvolver, sim, a agricultura empresarial e a agricultura familiar. Apesar de todas as críticas, o Partido dos Trabalhadores fez nesses seis anos uma revolução em termos de financiamento, em termos de renegociação de dívidas e em termos de uma leitura diferenciada do que é possível termos na agricultura brasileira, que ainda é um dos principais, se não o principal, motor da nossa economia. E o Plano Safra, que está sendo lançado para a agricultura familiar, envolve custos na ordem de R\$ 13 bilhões, que serão colocados à disposição nesse Plano 2008/2009, de financiamento do PRONAF, o que corresponde a um valor de cinco vezes maior do que o Plano Safra 2002/2003, que foi o último Plano Safra do Governo anterior.

Na assistência técnica, o Governo irá destinar uma suplementação de R\$ 200 milhões, garantindo R\$ 364 milhões para extensão rural. Aqueles que trabalham na área de agricultura sabem que a extensão rural é fundamental, principalmente para os pequenos produtores, porque sem a extensão rural os pequenos produtores dificilmente têm acesso ao conhecimento, à tecnologia.

Essas duas medidas, junto com outras ações, foram anunciadas no dia 14 que passou pelo Governo Federal como uma resposta inclusive à pauta que foi feita pelo Grito da Terra Brasil, da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura. O anúncio traz para o movimento social uma resposta, que foi feita em uma Audiência que contou com a presença do Presidente da República, Presidente Lula, e o importante é lembrarmos que o Ministro do Desenvolvimento Agrário também tem anunciado outras medidas, entre elas a linha de crédito específica para recuperação e manejo de solo, financiamento que será de R\$ 7 mil com juros de 1% ao ano, conclusão do processo de renegociação das dívidas do setor, que foi destacado e lembrado aqui inclusive por diversos Deputados, cerca de R\$ 85 bilhões que foram renegociados e que vão permitir inclusive que tenhamos condições de limpar o cadastro, ou seja, zerar o cadastro de inadimplentes e ampliar o acesso ao PRONAF. Isso porque hoje, no Banco do Brasil, se você tiver um financiamento e esse financiamento do PRONAF, por menor que seja, as vezes são R\$ 2 mil ou R\$ 3 mil que o produtor tem e que esteja atrasado, ele não consegue pegar uma nova linha de crédito para fazer a sua plantação e, conseqüentemente, poder inclusive pagar o Banco.

Conheço um pouco, porque trabalhei 28 anos no Banco do Brasil, trabalhei um bom tempo no crédito rural e sempre lembro que os primeiros a pagar o Banco são os pequenos e microprodutores e, aliás, muitas vezes pagam o Banco e ficam quase sem ter o que comer em

casa, mas pagam o Banco, diferente de agricultores que têm outros recursos, têm outras condições, que têm um outro perfil, inclusive, porque podem acessar de outras formas outros Bancos, outras linhas de crédito. Mas o pequeno produtor só tem o seu nome, e se não pagar o Banco e ficar com o nome comprometido na cidade, ele deixa de ter crédito no açougue, na panificadora, passa a ser visto como uma pessoa devedora.

Então, trabalhei com muitos pequenos agricultores, principalmente da região de Palmas e depois no Acre também, quando trabalhei em Rio Branco, que vinham e diziam: “Vou pagar tudo o que tenho, vou ficar sem absolutamente nada, mas vou ficar com o meu nome limpo na praça”. esse termo “limpo na praça” é muito usado pelas pessoas que têm no crédito, às vezes, a única referência e que faz com que o pequeno produtor seja o melhor pagador do Banco do Brasil, pelo menos daqueles que eu conheci, o melhor pagador seja o pequeno produtor. Então, acho que o fato de termos hoje duas medidas importantes, uma delas na agricultura familiar que faz com que tenhamos uma destinação de R\$ 13 bilhões e faz com que nós tenhamos também uma outra situação, quem produz para o mercado interno e para a alimentação basicamente é a agricultura familiar. Obviamente que é importante que haja a agricultura dita empresarial, agricultura em grande escala, em larga escala, o agronegócio, ele tem a sua razão de existir, a sua razão de ser, mas é voltado basicamente para a exportação. É importante que traga divisas mas é basicamente para a exportação, é o pinus, o eucalipto, muitas vezes a soja, o milho, o trigo, a cana-de-açúcar, ou seja, são commodities. Agora, arroz, o feijão, cevada, centeio, as propriedades pequenas que produzem o leite, o queijo, frango, suíno, essas propriedades são as que mais precisam do crédito, e são elas responsáveis hoje por 50% no mínimo daquilo que nós consumimos no país todo.

Acho, que é importante também nós lembrarmos aquilo que o Ministro, já enfatizou durante o evento de lançamento do plano Safra que foi feito para a agricultura familiar, que é o fortalecimento do programa de aquisição de alimentos, o compra direta e o programa de aquisição de alimentos. Deputada Luciana Rafagnin que é da região de Francisco Beltrão, que tem basicamente pequenos produtores rurais e médios produtores rurais, sabe o quanto significa o plano Programa de Aquisição de Alimentos e o Compra Direto, porque faz com que você possa produzir, e ao invés de entregar a sua produção para o atravessador, você entrega diretamente à escolas, diretamente ao Poder Público, tem as condições de estocar, e traga um mínimo de dignidade para o produtor rural. Quem trabalha no campo, não é o meu caso, nunca foi o meu caso, mas quem trabalha no campo, acompanho a situação das pessoas que têm pequenas propriedades sabem que é uma atividade extremamente desgastante, não tem sábado, não tem domingo, não tem feriado, não tem madrugada, não tem noite, não tem tarde, quer dizer, as pessoas trabalham quase que desesperadamente quase que num trabalho escravo.

Então, acho que o que vemos hoje é na verdade, uma resposta àqueles que fazem com que tenhamos todos os dias condições de chegar à mesa e ter uma refeição digna e barata, porque o alimento do Brasil ainda é um alimento barato, embora nós tenhamos no mundo todo hoje um processo de inflação de alimentos, acho que é um debate que nós queremos fazer aqui, mas hoje o alimento ainda é barato.

O Sr. Luiz Malucelli (PSDB)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Parabéns pelas colocações. Gostaria sim de parabenizar pelas suas palavras e parabenizar também o Ministro Reinhold Stephanes pela oportunidade de trazer a Curitiba, numa data histórica para o Paraná, o nosso estado de larga escala de produção agrícola, o Presidente Lula, que pela primeira vez fará fora de Brasília o lançamento do plano Safra a nível nacional.

E o senhor tem toda razão quando fala do pequeno produtor, principalmente o refinanciamento que foi feito agora pelo Governo Federal, e falo de um partido da Oposição, mas quando as coisas vão por um caminho certo nós temos que nos render, e realmente na agricultura se dá um passo certo, até porque quando o senhor fala, e fala muito bem, que o pequeno produtor vende tudo para pagar as contas, temos que tomar cuidado porque se acabarmos com o pequeno produtor, em breve o país terá uma agricultura de poucos e nós não podemos acabar, já temos hoje o pequeno produtor que é subsidiado pelas grandes empresas, principalmente de embutidos. Os pequenos produtores estão realmente acabando no interior do Paraná. O que acontece? Um exôdo rural, eles estão vindo para Curitiba e para os grandes centros, os seus filhos chegam aqui não encontram aonde trabalhar. Então, é de muita importância essa ação do Governo na questão do refinanciamento do pequeno produtor, para que não aconteça em breve nesse país, um país que estará na mão de poucos a agricultura brasileira, tornando-se aí um grande cartel dos alimentos, o que hoje já está acontecendo.

Por isso, parabéns ao Governo Federal por esta iniciativa! Parabéns ao Ministro Stephanes e ao Presidente Lula.

Muito obrigado.

A Sra. Rosane Ferreira (PV) (Aparte)

Deputado Tadeu Veneri, quando V. Exa. diz que não tem sábado, domingo, também não tem salário mensal.

O pequeno agricultor depende da produção e ela é cíclica. E os hortifrutigranjeiros estão sujeitos a todos os problemas climáticos. Tivemos há dias uma grande geada que acabou com o trabalho de meses da nossa agricultura familiar. Tudo isso tem que ser levado em consideração. Sem contar o acesso à propriedade, as estradas rurais ruins. Dificuldade de acesso nas políticas públicas do agricultor que mora na zona rural. Dificuldade de acesso aos centros de saúde. Tem toda uma conjuntura que precisa ser sempre vista.

Parabéns! Quero me somar ao seu pronunciamento. Fazer das suas palavras e das palavras do Deputado Malucelli as minhas.

Muito obrigada!

O SR. TADEU VENERI (PT)

V. Exa. lembrou bem, precisamos estender o SUS aos pequenos proprietários rurais e a universalização da escola pública, por não terem acesso. Mas muito há o que se fazer.

A Sra. Luciana Rafagnin (PT) (Aparte)

Quero parabenizar V. Exa. pelo seu pronunciamento.

Quero falar de uma notícia que deixou muito felizes os nossos agricultores familiares, cerca de 13 bilhões para o PRONAF.

Também o decreto que o Presidente Lula assinou, fazendo com que 30% da merenda escolar sejam produtos da agricultura familiar. Isso significa que em torno de R\$ 500 milhões que serão destinados para a compra dos produtos da agricultura familiar, vão diretamente para os nossos pequenos agricultores. É uma conquista importante, pois era uma luta antiga, porque é alimento mais seguro, mais saudável.

A agricultura familiar tem muito motivos para comemorar junto ao Governo Lula: a questão do seguro agrícola, de novas linhas de créditos. O Programa de Habitação para o Campo, que não tinha, e agora no Governo Lula tem. A questão da compra direta. São inúmeras ações do Governo Lula que vêm contribuindo para a nossa agricultura familiar. A agricultura familiar vive um bom momento, mas ainda tem muita coisa a conquistar.

Um dos assuntos que ainda preocupa os nossos agricultores é com relação à Saúde. Temos alguns municípios do nosso estado que percebemos que as pessoas estão vendendo seus sítios para comprar um lote perto de um hospital, ou perto de um atendimento à saúde, pela falta de garantia ao atendimento à saúde.

Em outro momento vamos poder contribuir e falar um pouco mais das conquistas que temos, hoje, na agricultura familiar.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Obrigado, Deputada Luciana Rafagnin.

Como a Deputada Luciana Rafagnin, devemos fazer uma reflexão sobre esse momento em que vivemos no Brasil. Como falei aqui, há espaço para a agricultura empresarial. Agora, hoje, a proteção tem que ser prioritária para o pequeno produtor. Os assentamentos estão tendo, hoje, uma outra leitura, porque não adianta fazer o assentamento, a reforma agrária, sem dar condições para aquelas pessoas que estão no campo.

Quero retornar a este tema no dia de amanhã e agradeço ao Presidente pelo tempo que nos foi dado, além daquele que seria normal.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Carlos Simões**)

É a democracia, Deputado Tadeu Veneri.

Ainda no Horário das Lideranças: PSDB, PDT.

(**Declinam**).

PMDB. Com a palavra o Sr. Deputado Cleiton Kielse, candidato à Vice-Prefeito de Curitiba, pelo PMDB.

Liderança do PMDB: Deputado Cleiton Kielse

O SR. CLEITON KIELSE

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Já agradeço a presidência pela deferência especial na indicação, mas estamos num momento de reflexão sobre a responsabilidade desse processo eleitoral e estamos montando um plano de Governo que será dividido entre todos os Parlamentares, principalmente aqueles que tem vínculo com Curitiba e a região metropolitana para que, na outra semana, possamos apresentar, nesta Casa, junto à grande Curitiba.

Venho aqui abordar um assunto temático, um assunto que traz à pauta vários conflitos que o Governo tem passado, vários processos, hoje chegando à casa de 50 processos contra as empresas de pedágios, processos esses muitos em análise final, já em tramitação final, mas outros estão sendo ingressados junto à Procuradoria da República, junto ao Ministério Público e junto ao DNIT - Departamento Nacional de Infra-estrutura e Transportes. Hoje, em especial, é um momento de vitória ao Governo do Estado, ao nosso estado, aos paranaenses. Neste momento, represento o Líder do Governo, Deputado Luiz Claudio Romaneli, que está em Jacarezinho abrindo a praça de pedágio.

A Normativa 23, que faz a regulamentação, que seria a decisão judicial de instância final, que foi tomada há cerca de 30 dias, beneficiando toda região e toda população do norte pioneiro do pedágio, que faz a entrada do estado do Paraná. Lá em Jacarezinho temos dois pedágios. No entanto, dentro da licitação, em 1998, não existiria esse segundo pedágio e dentro de uma manobra, que foi feita em 2000, que estamos estudando junto ao Tribunal de Contas da União para que seja anulada a decisão de reformulação da licitação do ano de 2000. Além disso, em 2002, foi alterado, piorando ainda mais não só a performance das empresas concessionárias do estado do Paraná, mas transformando num grande balcão de negócios, em que as empresas teriam uma lucratividade, a partir de 2009, pagando parte dos seus investimentos. Esses investimentos foram revertidos já em benefício das concessionárias, registrando, talvez, o maior ponto de interlocução entre um Governo. Realmente, não sei de que forma foi feita essa mudança, porque não passou aqui na Assembleia a autorização legislativa, ou se passou não fiquei sabendo e nenhum Deputado ficou sabendo.

Pergunte à presidência se ficou sabendo dessa mudança em 2000, mas que a mudança que ocorreu da licitação, dentro da Lei das Licitações e dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal nunca poderiam ter ocorrido. Porque em 1997, quando da licitação inicial foram colocados 2 mil e 300 quilômetros de estradas vicinais, perante os outros 1 mil e 600 quilômetros que deveriam ser assumidos pelas concessionárias dos estados. Passem! Dos 2 mil e 300 quilômetros oferecidos, apenas 208 foram aceitos na licitação. Isto é, vamos fazer uma reunião, cada um tem uma empresa que vai querer assumir uma parte do pedágio e combinamos que ninguém oferece mais do que os 208 quilômetros, perante os 2 mil e 300 da licitação. Fizemos um acordo e após este acordo ganho uma parte e o Luiz Nishimori, o Jonas e o Carlos Simões ganham uma parte cada um. Em seguida à licitação nos reunimos e cada um assume um trecho das estradas do Paraná. Um benefício fantástico. Seriam 573 quilômetros de duplicação e aí vamos piorar um pouquinho mais.

Em 2000 foi retirada quase a metade desses trechos de duplicações, citando Ponta Grossa até as barrancas do rio Paraná, em Nova Londrina. Seria o primeiro trecho até 2009, até Maringá, que foi totalmente retirado. Em 2002 pioraram ainda mais, postergando o início das duplicações para 2017, 2019 e 2020. Deputado Nishimori, o senhor que atende a região do noroeste do estado, sabe o risco que tem, o tempo que o senhor leva para chegar até Maringá. Em uma soma rápida que fizemos nos últimos anos de arrecadação das empresas de pedágio, arrecadaram em média de 600 a R\$ 800 milhões por ano. Estamos em 2008, iniciou em 1997, se não me engano, somando dariam 11 anos. Fazendo uma média de 700 milhões por ano, vezes 11 anos, estaríamos chegando a casa dos R\$ 7 bilhões e 800 milhões, arrecadados dentro das concessionárias que ganharam os pedágios.

A conta gráfica que o DER fez de investimentos, neste período de 11 anos que já se foi, está chegando na casa - tivemos o contrato não só contábil mas também sobre as obras executadas - de 2 bilhões e meio de investimentos no todo, mais funcionários, na casa de 1 bilhão e meio, no que daria 4 bilhões de investimentos até o momento, com toda a manutenção, superestimando valores. Isto é, até o momento, as concessionárias de pedágio tiveram a irrisória quantia de lucro de R\$ 3 bilhões e 800 milhões. Vamos piorar um pouco mais. Em uma decisão inédita, a licitação foi aumentada, fazendo o vínculo entre Jacarezinho, Ourinhos e Cambará, mais um pedágio, onde quem entrasse no Paraná obrigatoriamente teria que passar naquela concessionária. Não teria por onde fugir, Deputado Carlos Simões. Mas sabiamente o Governo do Estado entrou com uma ação, contestando juntamente com a Bancada do PMDB e várias outras Bancadas e ganhamos esta ação.

No dia de hoje, o Deputado Luiz Claudio Romanelli, mais 20 e tantos Prefeitos da região estão comemorando esta vitória. É a primeira cancela que não está sendo aberta, retirada - fechada esta praça de pedágio. As outras que virão, paralelo à jurisprudência, criadas em cima do mérito já votado e julgado, estamos visualizando.

Pessoalmente, estou há mais de um ano estudando a fórmula legal, buscando em toda a jurisprudência do Brasil, para que possamos compilar uma decisão. Que no mínimo as concessionárias tenham vergonha do que estão fazendo contra o povo paranaense. Quanto o senhor paga, Deputado Jonas, por uma das suas carretas que vem com frango de Cianorte para chegar em Paranaguá? Calculo hoje a base de R\$ 36 por carreta fazendo nove pedágios até aqui. De Cianorte a Paranaguá R\$ 360 só de pedágio. Isso sem falar que fosse bitrem. Porque bitrem passa a R\$ 56. Quatrocentos e cinquenta reais seria o custo para trazer de Cianorte uma carreta bitrem para descarregar em Paranaguá. Mas, vamos piorar ainda mais. Para voltar a Cianorte vazia, vai pagar mais R\$ 450. Isto é, só de pedágio custa R\$ 900 um bitrem para sair de Cianorte e chegar em Paranaguá.

Vamos afetar isso na economia, Deputado Nishimori. Vamos fazer um bolo de quanto vamos aferir de prejuízo dentro da economia do estado do Paraná. A matemática gráfica, estamos visualizando a população comendo melhor, vivendo melhor, comprando carros, utensílios domésticos todos os dias. Mas, na economia do estado, um estado que arrecada cerca de 16 a 18 bilhões por ano, só o pedágio custa hoje quase 900 milhões por ano. Isto é, da economia que o estado inteiro arrecada, de quase 11 milhões de paranaenses, 5% de toda economia do estado está sendo gasto dentro das praças de pedágio. É um volume imenso, um volume que poderíamos estar aplicando os recursos de arrecadação em outras áreas muito mais úteis à sociedade. Áreas que fazem dentro da estrutura do estado a diferença da economia. Áreas como a Saúde, com uma infra-estrutura, como as casas populares, como o próprio sistema rodoviário do estado.

E todo este pool que foi modificado em 2000 e 2002, vamos entrar com uma ação dentro do mês de julho ainda, pedindo que seja cancelado o acordo de 2000 oficialmente sobre cálculos objetivos, aferindo só nessa matemática de postergarem as obras para 2018, 2019, 2020, 2021, a soma irrisória de 4 bilhões e meio.

Mas, vamos ressuscitar os 750 quilômetros que foram retirados da licitação. As empresas só têm que fazer 200 quilômetros e está tudo certo. Está tudo zerado para um provisionamento. Vamos fazer a conta novamente: são 24 anos até a concessão, vezes 700 milhões, em média, teremos o total de 16 bilhões e meio que daria para executar em estradas classe A, só 16 mil quilômetros de rodovias novas sendo pavimentadas desde o seu eixo, não só de terraplanagem, mas a confecção de rodovias classe A. O que são rodovias classe A? Que suportam até 80 toneladas de peso por caminhão. Não autorizáveis hoje no Brasil. Mas que seriam rodovias classe A como é o contorno leste.

Por isso, Sr. Presidente, venho a esta tribuna parabenizar o Governo do Estado, dizer a toda população paranaense que essa é a primeira vitória de muitas que virão, para que o povo paranaense tenha condições de trafegar nas rodovias que pertencem ao povo do Paraná. Não pertencem às concessionárias de pedágio. E que foram construídas nos últimos 50 anos de emancipação do nosso estado. Rodovias que trazem o progresso, que trazem a economia, que mudam a estrutura de cada microrregião que venha a receber qualquer provimento de investimento industrial ou comercial, agroindustrial, mas que quando uma empresa vai se instalar lá nas barrancas de Foz do Iguaçu ela pensa mil vezes se vai compensar trazer os seus produtos para exportação no Porto de Paranaguá.

É uma matemática para os empresários. Empresário como sou, tenho feito contas quase que diariamente e a dificuldade tem se agravado porque o nível de dificuldade que as empresas de pedágio estão oferecendo por não duplicarem o timer de transporte, que dizemos o tempo do transporte da base até o consumidor. O tempo agora com o aumento do número de veículos nas estradas, antigamente você levava 4h e meia, 5h para vir de Maringá - hoje você leva de 6 a 7h para vir de Maringá - isto vindo de carro. Se vier com uma carreta, no mínimo, será de 8 a 10h de trânsito, inviabilizando muitas transportadoras.

Por isso encerro agradecendo essa presidência a postergação do tempo, mas comemoro - foi uma vitória do Governo do Estado, uma vitória do Governador Requião e uma vitória dos paranaenses a retirada dessa praça de pedágio em Jacarezinho, que a população do norte pioneiro, falei ainda há pouco com o Deputado Luiz Claudio Romanelli, estamos lá com 23 Prefeitos reunidos, mas, com toda a certeza, tendo a condição de demonstrar que esta jurisprudência será efetivamente usada em cima das demais praças de pedágio.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Simões)

Horário da Liderança do Governo.

(Declina)

Liderança da Oposição. Com a palavra o Deputado Elio Rusch.

Liderança da Oposição: Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, o Deputado Cleiton Kielse acaba de fazer um belo pronunciamento, lembrando a questão do pedágio no estado do Paraná.

O pedágio, na verdade, é uma novela muito antiga no nosso estado, desde a época da sua implantação em 1998. O que antecedeu Roberto Requião, Governador Jaime Lerner, reduziu o pedágio em 50% por um ato do

Governo e houve uma pendenga na Justiça que durou 18 meses, quase dois anos, e se fez um encontro, um equilíbrio econômico-financeiro das empresas, e junto com o Governo do Estado. Naquela ocasião, Deputado Cleiton, se tirou diversas obras para compensar os 18 meses da redução do pedágio, uma vez que o contrato foi ferido unilateralmente, diz a Justiça, não o Deputado Elio Rusch.

E V. Exa. como é um Deputado inteligente, competente, entende perfeitamente que vivemos num estado de direito democrático, onde a legislação e a lei têm que ser respeitadas. Para que você possa romper um contrato não é possível - a parte que se sente prejudicada procura a Justiça e a Justiça interpreta e diz quem está com a razão e quem não está. V. Exa. acaba de falar que em Jacarezinho acaba a Justiça fechando, determinando o fechamento de um pedágio. É uma decisão da Justiça. E ela só deve ter fechado isso porque ele foi instituído irregularmente, porque não conheço a questão de Jacarezinho. Conheço a questão do pedágio e não sou um especialista.

Agora, o que houve no estado do Paraná e o que existe no estado do Paraná? Em 2002, e é importante que lembremos isso, Deputado Kielse, o Governador Roberto Requião disse - ou o pedágio baixa ou o pedágio acaba - o pedágio não baixou e não acabou. Pelo contrário, o Governador Roberto Requião, negociou com as empresas e abriram um pedágio no Governo Roberto Requião entre Araucária e Lapa, isso é verdade, foi aberto esse pedágio no Governo Roberto Requião. Pois bem, veio a reeleição em 2006 do Governador Roberto Requião, mais uma vez a questão do pedágio: "O pedágio baixa porque vou acabar com o pedágio". O Governador mais uma vez foi reeleito na promessa de acabar com o pedágio ou reduzir o pedágio no Paraná, Roberto Requião foi reeleito e o pedágio não baixou e nem acabou!

Deputado Kielse, não quero cometer nenhuma injustiça, o meu projeto que foi votado na terça-feira passada dava condições plenas para que o Governo do Estado pudesse reduzir o pedágio no estado do Paraná. V. Exa. como todos os Parlamentares entendem que o pedágio onera sim, a safra, o custo, o transporte no estado do Paraná, nós sabemos isso! Agora todos nós sabemos e fiquei sabendo há pouco tempo que o Governo do Estado recebe uma taxa, recebe um valor em dinheiro das concessionárias para manter a fiscalização dessas rodovias e quem paga é o usuário! Deputado Kielse nós usuários das rodovias é que pagamos a conservação do pedágio, pagamos uma taxa para que o Governo do Estado possa reaparelhar a Polícia Rodoviária Estadual e a Polícia Rodoviária Federal! Recebeu de 1998 até 2007 algo em torno de R\$ 160 milhões! O Governo do Estado cobra da concessionária, a concessionária cobra do usuário! Isso não é justo!

Deputado Kielse, meu projeto foi rejeitado aqui na Casa, acredite, eu mandei fazer o levantamento e V. Exa. não votou a favor, mas acho que não esteve presente na Sessão, também não votou contra, mas quem esteve

presente na Sessão teve oportunidade de votar a favor do nosso projeto para reduzir o custo do pedágio. Eu disse naquela ocasião: cada vez que um Deputado levantar a questão, independente de quem for, e falar do alto custo do pedágio eu irei rebater, como estou rebatendo agora: a Assembléia Legislativa teve a oportunidade de, na semana passada, quando foi votado meu projeto, subscrito por diversos Parlamentares, votaram contra. Caiu a máscara daqueles que não votaram a favor do nosso projeto, então cada vez que alguém queira falar do custo do pedágio, olha tem limite! Tudo tem limite na vida, eu não posso aceitar calado de forma nenhuma, a não ser daqueles Parlamentares, com todo respeito que devoto a cada um, a todos os Parlamentares, mas não posso aceitar não, quem não votou a favor do nosso projeto que visava técnica e juridicamente reduzir o pedágio não votaram a favor ou se omitiram de votar!

Aliás, como disse muito bem a ex-Procuradora do Estado, Dra. Josélia, quando ela saiu da Procuradoria do Estado ela disse: “Não existe interesse do Governo do Estado em querer resolver a questão do pedágio no estado do Paraná”. Não são palavras do Elio Rusch, são palavras da ex-Procuradora Geral do Governo do Estado do Paraná! Quando ela saiu do Governo ela disse essas palavras. Agora, por favor, vamos parar de querer enganar o povo do Paraná, quando têm oportunidade de fazer alguma coisa não fizeram!

Concedo o aparte ao Deputado Stephanes Júnior.

O Sr. Stephanes Júnior (PMDB)

Obrigado Deputado Elio Rusch, quero aqui fazer uma espécie de meio termo, acompanhei o tempo que o Deputado Nelson Justus era Secretário dos Transportes do Governador Jaime Lerner e foi quem elaborou a privatização das estradas do Paraná, assim como agora o Governo Lula também privatiza as estradas a nível federal, que inclusive várias delas cruzam o Paraná. Considero esse sistema de terceirizar estradas muito bom, não vejo problema ideológico, não vejo problema legal nesse assunto. A minha questão, apenas, é a mesma do Deputado que ora fala, Deputado Elio Rusch, é do custo que temos do valor que pagamos. Porque as estradas pedagiadas, normalmente, são melhores mantidas, têm mais segurança, tem transporte de emergência, ambulância, têm sistema de telefonia, têm carros patrulhando as rodovias o tempo inteiro. É muito melhor e mais barato, você rodar numa estrada que tem pedágio, do que numa que não tenha, principalmente na hora que se quebra, fica sem atendimento, não tem segurança, não tem atendimento em várias situações. O pedágio é muito melhor. A questão é apenas o custo.

Não comemoro o fim de nenhuma praça de pedágio. Na verdade, o que temos que brigar é para baixar o preço. O preço está muito alto mesmo. Obrigado.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Deputado Stephanes, obrigado pelo aparte. O pedágio, no Paraná, no Brasil e no mundo, ele é um mal

necessário. Ele foi implantado no Paraná, antes no Rio Grande do Sul, no Governo PMDB; depois o Governo do PT, em São Paulo; o Governo do PSDB, do PMDB, em Minas Gerais, no Rio de Janeiro. O pedágio, infelizmente, Deputado Kielse, ele existe em todos os lugares. Existe a forma da forma como ele foi instituído, no estado.

O pedágio hoje existente, o Anel de Integração que foi criado pelo Governo Jaime Lerner, as empresas quando assumiram as rodovias, assumiram as rodovias esburacadas acabadas. V. Exa. que andou muito no interior do estado do Paraná.

Posso dizer por conhecimento, ir para o este do Paraná, não dá para ir de carro. Toda vez que se ia para o oeste do Paraná, ou estourava o pneu, a roda, quebrava o carro, de ônibus não tinha condições de andar porque você não tinha forma de tirar um cochilo, muito menos para dormir.

Quer dizer as estradas melhoraram, é a questão do preço do pedágio, da forma como ele foi instituído e o preço que se cobra. Agora tem que encontrar formas. Como é que você vai encontrar formas? Unilateralmente. Não jamais. Só sentar na mesma mesa, para que possamos negociar.

Deputado Kielse, com a palavra, em seguida o Deputado Plauto.

O Sr. Cleiton Kielse (PMDB)

Agradeço esse aparte. Queria perguntar, o senhor tem calculadora, na tribuna?

(Assentimento)

Vamos fazer uma conta. Nesses 11 anos, a população paranaense pagou 7 bilhões e 800 milhões em pedágio. Transformando isso em benefícios, 160 milhões para reequipamento da frota, que faz a nossa segurança, a reestruturação e impostos. Dá a bagatela de 2% de desconto que o senhor queria dar a seu projeto. Dois por cento é sempre bem-vindo, mas queremos na estrutura do estado ter uma redução mínima de 50% no pedágio. Dois por cento para o Deputado Jonas, significa por tarifa R\$ 8 por caminhão, mas se fosse os 50% que queremos dá R\$ 200 por caminhão, por viagem só de ida.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Deputado Kielse não é verdade o que o senhor está dizendo não. O senhor está faltando com a verdade, é o desconto, é das taxas e pedimos que fosse retirado das rodovias de sinais.

V. Exa. disse do caminhão que vai para Paranaguá. O senhor acha justo um caminhoneiro pagar numa praça de pedágio para Paranaguá e tem que pagar para Alexandra-Matinhos? O senhor acha que é justo pagar de Praia de Leste para BR-277? O senhor acha justo pagar de Antonina-Morretes até a BR-277? O senhor acha justo o caminhoneiro ter que pagar no pedágio a conservação da Serra da Graciosa?

É isso o que meu projeto dizia. O senhor não está dizendo tudo o que o meu projeto dizia. Ou o senhor não conhece o meu projeto, aquele que o senhor não esteve aqui para votar. É isto o que o meu projeto pedia, Deputado Cleiton Kiele. Não é só retirar a taxa, não. Era para tirar as rodovias vicinais. Era para retirar as secundárias. Estas que o caminhoneiro paga, que o senhor fez referência, que é o pedágio mais caro do Paraná, que vai a Paranaguá.

É isso o que meu projeto quis retirar. E com toda certeza, que não são só 2% não. Chegaria a 30, 40%.

O Sr. Plauto Miró (DEM) (Aparte)

Escuto uma polêmica, uma discussão calorosa, agora a verdade é uma: o Governo anterior implantou no estado do Paraná as rodovias pedagiadas, que é o Anel de Integração. Os atuais governantes, o atual Governador Roberto Requião, foi eleito com o discurso de que iria resolver o problema. Qual é o problema? Baixar, diminuir o valor da tarifa. E ele dizia: “Ou o pedágio vai baixar ou vai acabar, no meu Governo, no primeiro dia do meu Governo.”

Já faz seis anos que o Governador está aí e até agora de concreto, nada. Parece-me, até, que ele não tem vontade de resolver o problema. Porque quando se quer resolver um problema, se senta à mesa, com todas as partes, e encontra, numa discussão, a solução para o problema. Agora, o Governador nunca dialogou. Com nenhuma concessionária. Assim dizem elas, quando chamadas à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Então, de que forma o Governador quer? Na Justiça. Infelizmente, o Governador perdeu todas na Justiça. Não teve vantagem nenhuma, destas ações. Sobra só uma alternativa: resolver! Venham aqui, vamos sentar, quero baixara tanto, o valor justo é tanto, o que tem que fazer para baixar? No diálogo se encontra um resultado.

Agora, ‘interessante é que a Bancada do Governo fala, como se a Oposição fosse culpada. Quem tem que resolver são eles, os governistas que estão com a caneta do Governo do Estado do Paraná.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Agradeço. Quero deixar claro, desculpem eu falar estes dados, estes números, mas estes são os reais, esta é a realidade. Como eu disse, naquele dia em que o projeto foi rejeitado, cada vez que alguém falasse sobre o custo do pedágio, eu não deixaria passar em branco. E não vou deixar. Cada vez que alguém usar esta tribuna, e V. Exa., que com muita inteligência, integrante do PMDB, candidato a Vice-Prefeito, que foi um valente defensor do Governador Jaime Lerner aqui na Assembléia Legislativa, como Deputado do PFL, do mesmo partido do Governador, que tenho defendido aqui na Assembléia Legislativa, lamento profundamente que o senhor não tenha levantado sua voz naquela época, também, para ir contra o pedágio. Pelo contrário, V. Exa. defendeu com muita inteligência, com muita propriedade, que lhe é particular, e defendeu muito bem o Governo passado, que antecedeu o Governador Jaime Lerner.

Então, só para deixar clara nossa posição. Vamos debater muito mais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Simões)

Solicito aos Srs. Líderes Partidários para indicarem membros partidários para a constituição da Comissão Especial das Divisas Municipais do Estado do Paraná. PMDB, individualmente: PSDB, PT e Democratas; os demais Partidos: PP, PDT, Bloco PSB/PRB/PV; Bloco PTB/PR. Bloco PSB/PRB/PV preferência de votação, será escolhido um Deputado, via sorteio.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Carlos Simões)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício nº 441/08-GP, subscrito pelo Sr. Presidente em exercício do Tribunal de Justiça, encaminhando anteprojeto de lei, que trata de criação de 12 (doze) cargos de provimento em comissão, simbologia 3-C, de assessor de Juiz de Direito que compõe as Turmas Recursais do Sistema de Juizados Especiais, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo Deputado Ademar Traiano, na qualidade de Líder do PSDB, constante do expediente, indicando o Deputado Valdir Rossoni, como membro da Comissão Especial, encarregada da questão referente a escolha do novo Conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná. **À Diretoria Legislativa para anotar.**

Expediente subscrito pelo Deputado Plauto Miró, na qualidade de Líder do Partido Democratas, constante do expediente, indicando o seu próprio nome para composição da Comissão Especial de que trata o artigo 3º do Ato 675, da Comissão Executiva desta Casa de Leis. **À Diretoria Legislativa para anotar.**

Memorando, subscrito pela Comissão Executiva, constante do expediente, solicitando aos Srs. Líderes dos partidos: PMDB, PSDB, PT, DEM, PP, PDT, Bloco PSB/PRB/PV, Bloco PTB/PR e Bloco PPS/PMN, indicarem membro partidário para a constituição da Comissão Especial das Divisas Municipais do Estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo Deputado Valdir Rossoni, com apoio dos Deputados Plauto Miró e Elio Rusch, constante do expediente, encaminhando questão de ordem à presidência do Poder Legislativo, referente ao processo de inscrição de candidatos à vaga de Conselheiro do egrégio Tribunal de Contas. **À Comissão Executiva.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Carlos Simões, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB)
Questão de ordem, Sr. Presidente.
(Assentimento)

Só para citar a presença da Deputada Rosane, do PV, e do Deputado Jocelito Canto, do PSDB, como dois candidatos a Prefeito que estão na Sessão e os outros, infelizmente, não puderam estar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Simões)
Pois não.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª Discussão (Votação em)

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 165/08, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que institui o Dia Estadual do Escoteiro, como sendo a data de 23 de abril. Com PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Anexo Projeto de Lei nº 166/08, de autoria do Deputado Stephanes Júnior). **Aprovado.**

3ª Discussão

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 039/08, de autoria do Deputado Professor Luizão, que declara de utilidade pública estadual, a Associação Rádio Comunitária Nova Pinhais, com sede e foro no município de Pinhais. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Está em votação a emenda. **Aprovada.**

Está em votação o projeto. **Aprovado.**

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 060/08, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de utilidade pública, a Associação Assistencial e Promocional Nossa Senhora Pastora, com sede e foro no município de Tapejara/PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Está em votação a emenda. **Aprovada.**

Está em votação o projeto. **Aprovado.**

1ª Discussão

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 157/08, de autoria do Deputado Edgar Bueno, que declara de utilidade pública, a Associação dos Pequenos Agricultores de Cascavel - APAC, com sede e foro em Cascavel. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 034/08, de 16/04/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 157/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Edgar Bueno, declara de utilidade pública a Associação dos Pequenos Agricultores de Cascavel - APAC, com sede e foro na cidade de Cascavel.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Porém, o presente projeto é omissivo quanto ao foro da Associação que se pretende declarar de utilidade pública. Ainda, o artigo 2º ao dispor “revogadas as disposições em contrário”, fere a Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a técnica legislativa, pois assim determina:

Art. 9º A cláusula de revogação, deverá enumerar expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.

Desta forma, sugere-se a emenda substitutiva em anexo, prevista no artigo 137, parágrafo 2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva em anexo.

Sala das Comissões, em 24/06/08.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente

FRANCISCO BÜHRER - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA
PROJETO DE LEI Nº 157/08

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 2º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda substitutiva, para contar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Pequenos Agricultores de Cascavel - APAC, com sede e foro na cidade de Cascavel, estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Comissões, em 24/06/08.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente

FRANCISCO BÜHRER - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 261/08, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que altera a redação da Lei nº 14900, de 21/11/05, que declara de utilidade pública a Associação de Obesos de Maringá, conforme especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 065/08, de 10/06/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 261/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Cida Borghetti, altera a Lei nº 14900/05, a qual declarou de utilidade pública a Associação de Obesos de Maringá - AOM, com sede e foro no município de Maringá.

Fundamentação

O presente projeto de lei pretende alterar o artigo 1º da Lei nº 14900/05 com intuito de modificar a denominação da entidade declarada de utilidade pública, em razão da alteração do respectivo Estatuto Social.

A referida lei declarou de utilidade pública a Associação de Obesos de Maringá - AOM, com a alteração estatutária a Associação passou a se chamar "Associação Leve Vida".

Desta forma, chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, diante da legalidade aferida, opina-se pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 24/06/08.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente
FRANCISCO BÜHRER - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 267/08, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de utilidade pública a AMC - Associação Mirim de Curiúva, com sede e foro na Comarca de Curiúva/PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 068/08, de 16/06/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 267/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Alexandre Curi, declara de utilidade pública estadual a AMC - Associação Mirim de Curiúva, estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada

pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 24/06/08.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente
FRANCISCO BÜHRER - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 238/08, de autoria do Tribunal de Justiça, Ofício nº 328/08, que dispõe sobre o reajuste dos proventos de aposentadoria e dos benefícios de pensão do Poder Judiciário, abrangendo o período desde a data de concessão do benefício até 30/04/08, na forma que especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 059/08, de 28/05/08, em Ofícios).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 238/08

P A R E C E R :

A proposição sob análise, dispõe sobre o reajuste dos proventos de aposentadoria e dos benefícios de pensão do Poder Judiciário, abrangendo o período desde a data de concessão do benefício até 30 de abril de 2008, na forma que especifica.

A proposição visa reajustar os proventos e aposentadorias daqueles que não têm assegurada a paridade plena em relação aos servidores ainda não aposentados.

Releva contextualizar a questão para correta compreensão do alcance da medida.

Ocorre que parcela dos servidores aposentados e pensionistas do Poder Judiciário do Paraná não está tendo seus proventos e pensões reajustados desde primeiro de janeiro de 2004.

É importante esclarecer o que vem acontecendo desde então.

Em 31 de dezembro de 2003 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 041/03.

Esta emenda assegurou a paridade plena apenas a uma parcela dos aposentados e pensionistas. Veja-se o que reza o artigo 7º da Emenda Constitucional nº 041/03.

Art. 7º Observado o disposto no artigo 37, XI, da Constituição Federal, os proventos de aposentadoria dos servidores públicos titulares de cargo efetivo e as pensões dos seus dependentes pagos pela união, estados, distrito federal e municípios, incluídas suas autarquias e fundações, em fruição na data de publicação desta emenda, bem como os proventos de aposentadoria dos servidores e as pensões dos dependentes abrangidos pelo artigo 3º desta emenda, serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da lei.

A Emenda Constitucional nº 047/05 assegurou a paridade plena também aos servidores aposentados com base no artigo 6º da Emenda Constitucional nº 041/03, na forma do artigo 2º.

Art. 2º Aplica-se aos proventos de aposentadorias dos servidores públicos que se aposentarem na forma do caput do artigo 6º da Emenda Constitucional nº 041/03, o disposto no artigo 7º da mesma emenda.

A hipótese do artigo 6º da Emenda nº 041/03 é a que segue:

Art. 6º Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo artigo 40 da Constituição Federal ou pelas regras estabelecidas pelo artigo 2º desta emenda, o servidor da união, dos estados, do distrito federal e dos municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenha ingressado no serviço público até a data de publicação desta emenda poderá aposentar-se com proventos integrais, que corresponderão à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, na forma da lei, quando, observadas as reduções de idade e tempo de contribuição contidas no parágrafo 5º do artigo 40 da Constituição Federal, vier a preencher, cumulativamente, as seguintes condições:

I - sessenta anos de idade, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade, se mulher;

II - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

III - vinte anos de efetivo exercício no serviço público; e

IV - dez anos de carreira e cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria.

Em síntese, têm direito à paridade plena, aqueles pensionistas e aposentados com direito adquirido até 31/12/03 e aqueles que adquiriram o direito após esta data mas com base no artigo 6º da Emenda nº 041/03.

Há controvérsias sobre a aplicabilidade da paridade plena aos pensionistas que adquiriram o direito ao benefício após 31/12/03 e àqueles que se aposentaram por invalidez com proventos integrais também após esta data.

Para os demais, sem direito à paridade, a norma constitucional assegurou, por meio do parágrafo 8º inserido no artigo 40 da Constituição Federal o reajustamento.

§ 8º É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei.

A Lei Federal nº 10887/05 regulamentou o parágrafo 8º nos termos a seguir.

Art. 15. Os proventos de aposentadoria e as pensões de que tratam os artigos 1º e 2º desta lei serão reajustados na mesma data em que se der o reajuste dos benefícios do regime geral de previdência social.

As pensões e aposentadorias mencionadas no artigo 15 são aquelas, em tese, não amparadas pela paridade plena.

Em síntese: os aposentados e pensionistas sem direito à paridade plena do artigo 7º da Emenda nº 041/03 fazem jus, no mínimo, ao reajuste do Regime Geral da Previdência Social.

O Poder Executivo e Legislativo do Paraná têm concedido o mesmo reajuste a todos os aposentados e pensionistas, mesmo que estes não tenham direito à paridade plena.

Ocorre que o Tribunal de Justiça do Paraná, não tem concedido o mesmo reajuste e, tampouco, o reajuste do Regime Geral de Previdência desde 01/01/04.

Por sua vez, a unidade gestora do regime próprio de previdência do Paraná - ParanaPrevidência, não reajusta os benefícios pois não tem autorização legal para tal.

Não há impedimento para a concessão de reajuste igual para estes aposentados, tanto que o Estado do Paraná fez por meio da Lei nº 15512/07 para os servidores do Poder Executivo.

O Supremo Tribunal Federal julgou procedente mandado de segurança de servidor do Tribunal de Contas da União assegurando o reajuste de servidor aposentado por invalidez. Trata-se do Mandado de Segurança nº 25781/DF.

Os benefícios do Regime Geral da previdência, desde 2004 foram reajustados nas seguintes datas e percentuais.

Foram publicados os Decretos nº 5443, de 09/05/05, Decreto nº 5756, de 13/04/06, Decreto nº 5872, de 11/08/06 e Decreto nº 6042, de 12/02/07, e respectivas Portarias do Ministério da Previdência Social nº 822, de 11/05/05, 119, de 19/04/06, 342, de 16/08/07 e 142, de 11/04/07.

Através destes atos, restaram concedidos os seguintes percentuais de reajuste:

Mês do reajuste	Percentual do reajuste
01/04/07	3,30%
01/08/06	5,01%
01/04/06	5,00%
01/05/05	6,355%

Em 1º de maio de 2004, houve, ainda, reajuste de R\$ 4,53% (quatro vírgula cinquenta e três por cento).

A proposição reajusta os benefícios com base nos mesmos percentuais concedidos aos servidores ativos no mesmo período.

O percentual a ser aplicado para cada servidor poderá ser diferente, nos termos do parágrafo 1º do artigo a depender do momento em que o servidor foi aposentado ou gerou pensão.

Não estão recebendo este reajuste os servidores aposentados do Foro Extrajudicial pois há a ADIN 2791 que tramita no STF. Dependendo do julgamento do recurso pendente, parte destes aposentados poderão ser excluídos da ParanaPrevidência e transferidos para o Regime Geral da Previdência Social - INSS.

Parte dos aposentados e pensionistas do Foro Extrajudicial certamente permanecerá no ParanaPrevidência, no entanto, a Presidência do TJ entendeu por aguardar este julgamento.

O Projeto de Lei nº 238/08 restabelece o direito suprimido de pensões e aposentadorias geradas após 31/12/03.

O parecer é pela tramitação da proposição, pois a mesma cumpre os requisitos formais e legais.

É o parecer.

O parecer é pela a tramitação da proposição, pois inexistem impedimentos legais ou constitucionais.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17/06/08.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente
TADEU VENERI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 238/08

P A R E C E R :

Relatório

O Projeto de Lei nº 238/08, de iniciativa do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, tem por finalidade reajustar os proventos de aposentadoria e benefícios de pensão dos servidores do quadro efetivo do Poder Judiciário do Estado do Paraná pelos mesmos percentuais de reajuste concedidos aos servidores ativos do mesmo Poder no período de abril de 2004 a abril de 2008, com efeitos retroativos a àquele mês.

A fundamentação legal é a atual redação do artigo 40 da Constituição Federal.

Trata-se, pois, de atualização dos proventos e benefícios previdenciários, com efeitos retroativos, contemplando a reposição inflacionária acumulada, gerando, portanto, pagamento de diferenças mês a mês, de todo o período, tendo em vista que as aposentadorias e pensões de uma parcela de servidores aposentados, ou beneficiários de pensão, não foram atualizadas desde abril de 2004, vez que não havia o entendimento da existência de paridade plena entre estes servidores inativos com os ativos quanto ao direito de receber o mesmo índice de reajustamento.

Reporto-me ao relatório do parecer do eminente Deputado Tadeu Veneri, na Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, quanto à evolução legislativa a nível constitucional e também infraconstitucional dispendo sobre paridade plena entre inativos e ativos, para fins de recomposição do poder de compra da aposentadoria, pensões e vencimentos dos servidores não aposentados.

A decisão da atual direção do Poder Judiciário do Estado do Paraná, aprovada pelo órgão especial do Tribunal de Justiça, em conceder a paridade aos servidores aposentados e pensionistas com os reajustes dos servidores ativos não encontra óbice legal e segue entendimento dos outros dois Poderes do Estado do Paraná, como aliás consta na justificativa da proposição ao utilizar como paradigma a Lei Estadual nº 15512/07, que concedeu este mesmo benefício aos servidores do Poder Executivo.

Era preciso, no entanto, o envio a esta Casa de Leis de uma proposta de lei por parte do Poder Judiciário, a fim de, após devidamente aprovada, sancionada e publicada, estender aos inativos daquele Poder a referida paridade.

É o relatório.

Voto do Relator

O impacto orçamentário-financeiro está inserto na própria justificativa da proposição, a qual informa que serão beneficiados 28 (vinte e oito) servidores aposentados diretamente pelo Tribunal de Justiça do Paraná, o que causará um acréscimo mensal de R\$ 5.812 (cinco mil, oitocentos e doze reais) e um acumulado retroativo de R\$ 104.700 (cento e quatro mil e setecentos reais), a ser suportado pelo orçamento daquele Órgão, e mais outras 43 (quarenta e três) aposentadorias, concedidas sob o regime do Fundo Previdenciário Estadual, que serão suportadas pelo ParanaPrevidência.

O ordenador das despesas é o atual Vice-Presidente do Tribunal, no exercício da presidência, o qual declara não há incompatibilidade da proposição com a Lei de Responsabilidade Fiscal, vez que os valores ora propostos a serem acrescidos à despesa de pessoal não atingem o limite prudencial definido pelo parágrafo único do artigo 22 daquela lei, em que pese o artigo 2º da preposição ainda condicionar o aumento da despesa estipulado na proposta ao contido nos artigos 16, 17, 21 e 22 da Lei Complementar nº 1017200. Também declara que há absoluta compatibilidade com o disposto no Plano Plurianual e a Lei Orçamentária do Poder Judiciário para o exercício de 2008.

Como cabe a este colegiado, como órgão técnico, examinar os projetos de lei quanto à estas formalidades, as quais restaram atendidas e justificadas, a proposição está adequada a seguir sua tramitação regular.

Quanto ao mérito da proposta de legislação submetida pelo poder Judiciário do Estado do Paraná a esta Casa de Leis entendemos ser expressão do que é assegurado ao funcionalismo público dos demais Poderes deste ente federado, pois evita o aviltamento do poder de compra dos que prestaram serviços públicos.

Sala das Comissões, em 25/06/08.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
ELTON WELTER - Relator

O SR. TADEU VENERI (PT)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, apenas para registrar. Na realidade eu gostaria de ter usado o Pequeno Expediente, mas infelizmente ainda não havia tido a informação, mas estamos tendo hoje a eleição estadual do COREN, o Conselho Regional de Enfermagem. É um absurdo o que está acontecendo, primeiro porque havia duas chapas inscritas e uma das chapas foi impugnada, então há uma única chapa concorrendo ao Conselho Regional de Enfermagem no Paraná, que tem cerca de 12 mil associados, e para esses 12 mil associados há um único lugar disponível em Curitiba para que a eleição seja feita. E pior ainda, os profissionais que não forem votar, pagam uma multa obrigatória de R\$ 300.

Acredito, Sr. Presidente, que a Assembléia Legislativa, através da Comissão de Direitos do Cidadão, que é uma Comissão Permanente desta Casa, deverá convidar a direção do COREN para que venha explicar a razão de um absurdo como esses. Imaginemos nós uma eleição com 12 mil associados, com uma única chapa, onde há um único lugar para votação e as pessoas que não forem votar pagam uma multa de R\$ 300. Quer dizer, é um acinte que está se fazendo hoje contra os profissionais da área da Enfermagem.

Então, queria deixar registrado e registrar também que na sequência vamos procurar o Presidente da Comissão de Direitos do Cidadão aqui da Assembléia Legislativa, para que possamos convidar o Presidente ou a Presidente eleita do COREN para que possa nos explicar qual a razão desse absurdo que está sendo feito no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (**Carlos Simões**)

Deputado Tadeu Veneri, a Assembléia pela sua Comissão Executiva, os demais Deputados, se associa ao seu manifesto. Eu ainda via hoje ao meio-dia, pela Rede Globo de Televisão, esta reportagem, e realmente é um absurdo. E a Assembléia se posiciona a favor desta classe.

Requerimentos

Sobre a mesa, Requerimento nº 1735, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1732, de autoria do Deputado Elio Rusch, com apoio dos Deputados Douglas Fabrício, Luiz Malucelli, Ribas Carli Filho e demais Srs. Deputados, constante do expediente. Em discussão.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Carlos Simões**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Temos 27 Deputados em plenário, Sr. Presidente, não tem como começar a votação porque está faltando um Deputado. Não há quórum.

O SR. PRESIDENTE (**Carlos Simões**)

Deputado Jocelito, como não houve pedido de quórum, a Mesa não tem essa autoridade. Qualquer Deputado poderia se manifestar...

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Estou solicitando então agora a chamada nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Carlos Simões**)

Estamos encerrando então, já anunciando a pauta de amanhã, incluindo Proposição de Emenda à Constituição, é a PEC da Água nº 021/06.

Encerramento da Sessão:

Nestas condições declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 1º de julho, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 021/08.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 147/08.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 157, 165, 261, 267 e 238/08.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 291/08.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Comissão Executiva

Atos

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 667/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5171, datado de 12/06/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a NILZA MARIA CORDEIRO CEZARINO, matrícula nº 40636, portadora do RG 4.415.485-4/PR e do CPF 621.783.269-00, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 04/07/85, ocupante do cargo de Telefonista, nível NBA-03, lotada no Setor da Telefonia, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei de nº 6174/70, licença especial de 03 (três) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o oitavo biênio compreendido entre 21/12/97 a 21/12/02. O período deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único da supracitada Lei nº 6174/70.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 24/06/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 668/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5183, datado de 16/06/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a CLAUDIO GRISALT, matrícula nº 40810, portador do RG 1300843-4/PR e do CPF 316.348.429-87,

funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitido em 01/06/88, ocupante do cargo de Segurança, nível NBA-06, lotada na Coordenadoria de Segurança, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei de nº 6174/70, licença especial de 03 (três) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o o quinquênio compreendido entre 02/06/03 e 02/06/08. O período deverá ser marcado pelo interessado junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único da supracitada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 24/06/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 669/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5117, datado de 11/06/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a ALICE TEREZINHA FRIEDRICH SECCHI, matrícula nº 41167, portadora do RG 3.176.815-2/PR e do CPF 525.214.869-49, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 02/05/88, ocupante do cargo de Datilógrafa, nível NTC-02, lotada na Diretoria Legislativa, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei de nº 6174/70, licença especial de 03 (três) meses, em virtude e não haver se afastado do exercício de suas funções durante o o quinquênio compreendido entre 22/12/97 e 22/12/02. O período deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único da supra citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 24/06/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 670/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 3888, datado de 12/05/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a CIDES RIBEIRO DE SOUZA, matrícula nº 40168, portador do RG 380.904-8/PR e do CPF 165.912.599-53, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitido em 01/04/86, ocupante do cargo de Chaveiro, nível NBA-02, lotado no Setor de Engenharia, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei de nº 6174/70, licença especial de 03 (três) meses, em virtude e não haver se afastado do exercício de suas funções durante o o quinquênio

compreendido entre 22/12/02 e 22/12/07. O período deverá ser marcado pelo interessado junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único da supracitada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 24/06/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 671/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5050, datado de 10/06/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a PAULO CEZAR DOS SANTOS, matrícula nº 40897, portador do RG 1.839.031/PR e do CPF 033.428.539-99, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitido em 01/07/89, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, nível NAA-11, lotado no Gabinete do Deputado Cleiton Kielse, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei de nº 6174/70, licença especial de 03 (três) meses, em virtude e não haver se afastado do exercício de suas funções durante o o quinquênio compreendido entre 21/12/97 a 21/12/02. O período deverá ser marcado pelo interessado junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único da supracitada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 24/06/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 672/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 4860, datado de 05/06/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a CARLOS HUMBERTO IONGBLOD, matrícula nº 40531, portador do RG 1904652-4/PR e do CPF 320.685.659-00, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitido em 02/06/86, ocupante do cargo de Segurança, nível NBA-06, lotado na Coordenadoria de Segurança, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei de nº 6174/70, licença especial de 03 (três) meses, em virtude e não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21/12/97 e 22/12/02. O período deverá ser marcado pelo interessado junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único da supra citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 24/06/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

